

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS TECNOLÓGICAS
CURSO DE FORMAÇÃO DE OFICIAIS - BOMBEIRO MILITAR

KELVIN COSTA GOMES

CONTRAINTELIGÊNCIA DE SEGURANÇA PÚBLICA: proposta de plano de segurança orgânica de áreas, instalações e materiais na Academia de Bombeiros Militar – Josué Montello

São Luís
2023

KELVIN COSTA GOMES

CONTRAINTELIGÊNCIA DE SEGURANÇA PÚBLICA: proposta de plano de segurança orgânica de áreas, instalações e materiais na Academia de Bombeiros Militar – Josué Montello

Monografia apresentada ao Curso de Formação de Oficiais Bombeiro Militar da Universidade Estadual do Maranhão - UEMA, para obtenção da graduação em Bacharel em Segurança Pública e do Trabalho.

Orientador: Maj. QOCBM **Paulo** Rogério dos Santos Ribeiro

São Luís
2023

Gomes, Kelvin Costa.

Contraineligência de segurança pública: proposta de plano de segurança orgânica de áreas, instalações e materiais na Academia de Bombeiros Militar – Josué Montello / Kelvin Costa Gomes, – São Luís, 2023.

93 f

Monografia (Graduação) - Curso de Formação de Oficiais Bombeiro Militar, Universidade Estadual do Maranhão, 2023.

Orientador: Prof. Esp. Paulo Rogério dos Santos Ribeiro.

1.Plano de segurança orgânica. 2.Ciclo PDCA. 3.Inteligência. 4.Contraineligência. 5.Academia de Bombeiros Militar Josué Montello. I.Título.

CDU: 355.40

KELVIN COSTA GOMES

CONTRAINTELIGÊNCIA DE SEGURANÇA PÚBLICA: proposta de plano de segurança orgânica de áreas, instalações e materiais na Academia de Bombeiros Militar – Josué Montello

Proposta tecnológica apresentada ao Curso de Formação de Oficiais Bombeiro Militar da Universidade Estadual do Maranhão - UEMA, para obtenção da graduação em Bacharel em Segurança Pública e do Trabalho.

Aprovado em: 22/06/2023

BANCA EXAMINADORA

Documento assinado digitalmente

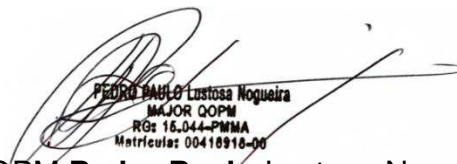


PAULO ROGERIO DOS SANTOS RIBEIRO

Data: 27/06/2023 11:25:13-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Maj. QOCBM **Paulo** Rogério dos Santos Ribeiro (orientador)
Especialista em Gestão Pública
Instituto Federal da Bahia



Pedro Paulo Lustosa Nogueira
MAJOR QOPM
RG: 15.044-PMMA
Metrícula: 00410916-00

Maj. QOPM **Pedro Paulo** Lustosa Nogueira
Especialista em Gestão de Segurança Pública
Universidade Federal do Maranhão

ANDREA DA
CONCEICAO
VIANA:81941145353

Assinado de forma digital por
ANDREA DA CONCEICAO
VIANA:81941145353
Dados: 2023.06.27 13:10:37
-03'00'

Maj. QOPM **Andrea** da Conceição Viana
Especialista em Gestão de Segurança Pública
Universidade Federal do Maranhão

A minha família, que sempre me apoia.
A Deus, pelas bênçãos.

AGRADECIMENTOS

A Deus, pois sem sua orientação e força, eu não teria sido capaz de vencer todos os desafios que se apresentaram.

A minha amada família pelo apoio incondicional ao longo dessa jornada acadêmica. Seu amor, encorajamento e compreensão foram fundamentais para que eu pudesse alcançar esse marco na minha vida.

A minha namorada, que esteve ao meu lado durante todo esse processo, me apoiando emocionalmente e me incentivando a perseverar nos momentos mais desafiadores.

Ao meu orientador, cuja orientação e conhecimento foram essenciais para o desenvolvimento da minha monografia. Sua paciência, dedicação e valiosos insights contribuíram significativamente para o sucesso deste trabalho.

Sou imensamente grato a todos que contribuíram para essa conquista e por todo o apoio recebido ao longo dessa jornada.

*“O temor do Senhor é o princípio do saber,
mas os loucos desprezam a sabedoria e o
ensino.*

Provérbio 1:7.

RESUMO

Este trabalho apresenta uma pesquisa sobre contrainteligência de segurança pública aplicada por meio de um plano prático para garantir a segurança dos materiais, áreas e instalações da Academia de Bombeiros Militar Josué Montello. Para isso, aborda temas como inteligência e contrainteligência, gestão e administração, além de serem utilizadas legislações e doutrinas existentes. Este trabalho identificou as vulnerabilidades e ameaças à segurança da academia por meio de registro fotográfico e correlação com a literatura que trata sobre contrainteligência e segurança orgânica, apresentando medidas de segurança recomendadas para garantir a proteção da academia e de seus ativos. O objetivo geral é apresentar os conhecimentos relacionados à segurança institucional e propor uma abordagem que viabilize a elaboração de um planejamento sistematizado, visando aprimorar a eficiência da segurança orgânica dos materiais, áreas e instalações da Academia de Bombeiros Militar Josué Montello.

Palavras-chave: Segurança Orgânica. Ciclo PDCA. Inteligência. Contrainteligência. Academia de Bombeiros Militar Josué Montello.

ABSTRACT

This study presents research on public security counterintelligence applied through a practical plan to ensure the security of materials, areas, and facilities at the Josué Montello Firefighters Academy. To achieve this, it addresses topics such as intelligence and counterintelligence, management and administration, and utilizes existing legislation and doctrines. This research identified vulnerabilities and threats to the academy's security through photographic documentation and correlation with literature on counterintelligence and organic security, presenting recommended security measures to ensure the protection of the academy and its assets. The overall objective is to present knowledge related to institutional security and propose an approach that enables the development of a systematic planning process, aiming to enhance the efficiency of organic security for the materials, areas, and facilities at the Josué Montello Firefighters Academy.

Keywords: Organic Security. PDCA cycle. Intelligence. Counterintelligence. Academy of Military Firefighters Josué Montello.

LISTA DE SIGLAS

ABIN - Agência Brasileira de Inteligência

ABMJM - Academia de Bombeiros Militar Josué Montello

AI - Atividade de Inteligência

CB – Corpo de Bombeiros

CBMMA - Corpo de Bombeiro Militar do Maranhão

CD - Conselho de Disciplina

CDN - Conselho de Defesa Nacional

CMPR - Casa Militar da Presidência da República

CPF - Cadastro de Pessoa Física

CSN - Conselho de Segurança Nacional

CSSN - Conselho Superior de Segurança Nacional

DI - Departamento de Inteligência

DNAI - Doutrina Nacional de Inteligência

DNISP - Doutrina Nacional de Inteligência de Segurança Pública

FATD - Formulário de Apuração de Transgressão Disciplinar

GSI - Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IPM - Inquérito Policial Militar

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

ISP - Inteligência de Segurança Pública

PSO- Plano de Segurança Orgânica

RG - Registro Geral

SAE - Secretaria de Assuntos Estratégicos

SAI - Segurança de Assuntos Internos

SEGAT - Segurança Ativa

SEGOR - Segurança Orgânica

SENASP - Secretaria Nacional de Segurança Pública

SFICI - Serviço Federal de Informações e Contrainformações

SGPR - Secretaria Geral da Presidência da República

SISBIN - Sistema Brasileiro de Inteligência

SISNI - Sistema Nacional de Informações

SISP - Subsistema de Inteligência de Segurança Pública

SNI - Serviço Nacional de Informações

SSI - Subsecretaria de Inteligência

UEMA – Universidade Estadual do Maranhão

LISTA DE FIGURAS

| | |
|---|----|
| Figura 1 - Ciclo de inteligência..... | 23 |
| Figura 2 - Ciclo PDCA | 38 |
| Figura 3 - Ciclo PDCA para melhorias | 39 |
| Figura 4 - Sistema de videomonitoramento da ABMJM | 44 |
| Figura 5 - Planta de situação da área externa da ABMJM | 45 |
| Figura 6 - Planta baixa da área interna da ABMJM..... | 46 |
| Figura 7 - Pátio da ABMJM..... | 47 |
| Figura 8 - Portão manual do quartel e cancela avariada..... | 48 |
| Figura 9 - Janela vizinha na direção do quartel..... | 49 |
| Figura 10 - Corredor entra cantina e alojamentos masculinos | 50 |
| Figura 11 - Abrigo de hidrante avariado..... | 51 |
| Figura 12 - Guarita de segurança | 52 |
| Figura 13 - Acidente na entrada da ABMJM | 56 |

SUMÁRIO

| | |
|--|-----------|
| 1. INTRODUÇÃO | 14 |
| 1.1. Objetivos e Justificativa | 15 |
| 2. REFERÊNCIAL TEÓRICO | 17 |
| 2.1 A atividade de inteligência no Brasil | 17 |
| 2.1.1 Base legal da Atividade de Inteligência..... | 19 |
| 2.1.2 Doutrina Nacional de Inteligência de Segurança Pública..... | 20 |
| 2.2 Fundamentos da Atividade de Inteligência | 21 |
| 2.2.1 Inteligência | 21 |
| 2.2.2 Ameaças | 21 |
| 2.2.3 Ciclo de Inteligência | 22 |
| 2.2.4 Princípios da Atividade de Inteligência | 24 |
| 2.3 Contrainteligência | 26 |
| 2.3.1 Ciclo de Contrainteligência..... | 26 |
| 2.3.2 Segurança Ativa (SEGAT)..... | 27 |
| 2.3.3 Segurança Orgânica (SEGOR) | 27 |
| 2.3.4 Segurança de Assuntos Internos (SAI)..... | 28 |
| 2.4 A importância da Segurança Orgânica para as organizações militares estaduais | 29 |
| 2.5 Medidas de Segurança Orgânica | 30 |
| 2.5.1 Plano de Segurança Orgânica | 30 |
| 2.5.2 Segurança da Informação e Recursos Humanos - pessoal..... | 31 |
| 2.5.3 Segurança das Comunicações nos meios de Tecnologia de Informação | 32 |
| 2.5.4 Segurança do Material | 33 |
| 2.5.5 Segurança da Documentação | 34 |
| 2.5.6 Segurança das Áreas e Instalações | 34 |
| 3 ACADEMIA DE BOMBEIROS MILITAR JOSUÉ MONTELLO | 36 |
| 4 PLANO DE SEGURANÇA ORGÂNICA VOLTADO A SEGURANÇA DAS ÁREAS, INSTALAÇÕES E EQUIPAMENTOS | 37 |
| 4.1 Ciclo PDCA | 37 |
| 4.2 Aplicação do PDCA para o desenvolvimento do Plano de Segurança Orgânica de Áreas, Instalações e Equipamentos na ABMJM | 39 |
| 5. METODOLOGIA | 42 |

| | |
|--|-----------|
| 6. DESENVOLVIMENTO DO PLANO DE SEGURANÇA ORGÂNICA DE ÁREAS, INSTALAÇÕES E EQUIPAMENTOS NA ABMJM | 43 |
| 6.1 Estudo de situação da ABMJM | 43 |
| 6.2 Plano de Segurança Orgânica de Áreas, Instalações e Equipamentos na ABMJM..... | 57 |
| 7. CONSIDERAÇÕES FINAIS..... | 60 |
| 8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS..... | 62 |
| ANEXOS..... | 65 |
| ANEXO 1 – MODELO DE CAUTELA DE MATERIAS - ABMJM | 66 |
| ANEXO 2 – LISTAGEM DE MATERIAIS DO ALMOXARIFADO - ABMJM | 67 |
| APÊNDICES | 68 |
| APÊNDICE A – QUADRO SITUACIONAL | 69 |
| APÊNDICE B – PLANO DE SEGURANÇA ORGÂNICA..... | 75 |

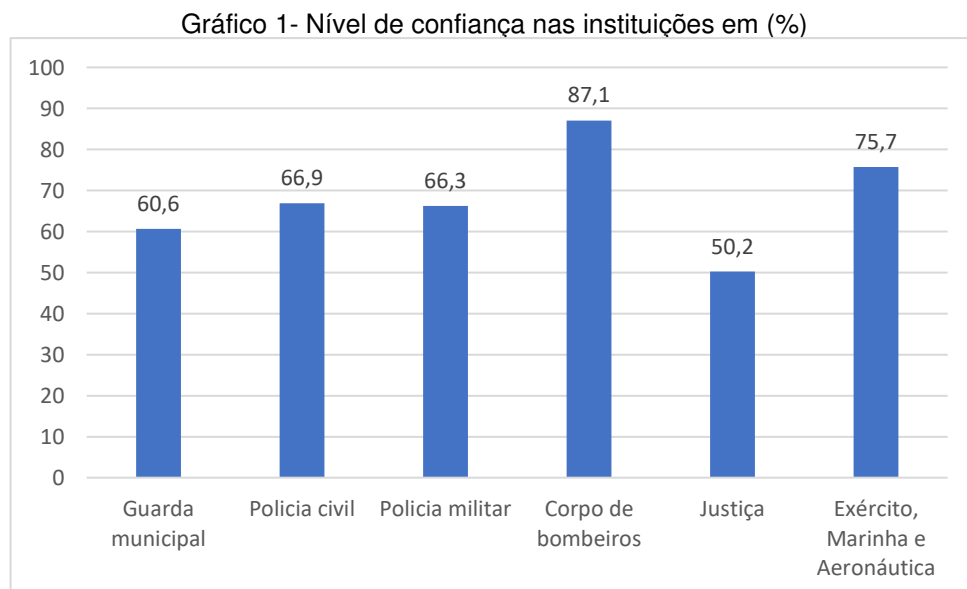
1. INTRODUÇÃO

O Corpo de Bombeiros Militar do Maranhão desempenha diversas atividades relacionadas à proteção e assistência à população. Na concepção popular, o bombeiro é reconhecido como um profissional detentor de conhecimento preciso, especialmente nos momentos de maior necessidade. O trabalho do bombeiro militar é percebido como emocionante, repleto de desafios e aventuras por aqueles que não estão diretamente envolvidos nele.

Ao longo do tempo, as instituições têm observado a importância da busca por melhorias em seus processos. Desse modo, na esfera organizacional, sempre há espaço para o aprimoramento contínuo.

Essa abordagem, no contexto do Corpo de Bombeiros Militar do Maranhão, é crucial, já que a instituição lida com as mais diversas situações que requerem preparação atualizada de seus ativos, desde resgates, salvamentos, até processos e segurança institucional.

Apesar da existência de obstáculos e áreas em potencial que necessitam de melhorias, é importante destacar que o Corpo de Bombeiros mantém um nível elevado de credibilidade entre os cidadãos brasileiros. Essa credibilidade pode ser comprovada pela classificação dominante que a instituição possui no índice de confiança desenvolvido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).



Fonte: IBGE (2021) – Pesquisa nacional por amostra de domicílio, contínua e anual – 4º trimestre

Com base na tabela fornecida pelo IBGE, verifica-se que o Corpo de Bombeiros Militar apresenta uma taxa de confiabilidade de 87,1% entre a população, seguido de perto pelas Forças Armadas, com 75,7%.

Esses dados evidenciam a importância da busca pelo aprimoramento dos processos organizacionais de qualquer instituição. A busca pela melhoria contínua possibilita a otimização da eficiência, eficácia e qualidade das atividades desenvolvidas, estimulando resultados positivos.

O emprego planejado e organizado das ações de inteligência e contrainteligência pelo CBMMA tem a capacidade de fortalecer os índices de confiabilidade estabelecidos pela população por meio de estratégias de antecipação de riscos, medidas preventivas de segurança, proteção de ativos e instalações, propiciando uma relação mais positiva e confiável junto à sociedade.

A atividade de inteligência abrange um conjunto de ações voltadas para a coleta de informações cruciais, que são essenciais para a geração de conhecimento e, conseqüentemente, embasam a tomada de decisões pelas autoridades competentes.

Por sua vez, a contrainteligência concentra-se principalmente na proteção do conhecimento adquirido pela instituição, atuando na defesa contra possíveis ameaças, como espionagem, sabotagem, vazamento de informações, terrorismo e outros riscos inerentes.

Desde 2006, em colaboração com a Universidade Estadual do Maranhão (UEMA), a Academia de Bombeiros Militar Josué Montello (ABMJM) tem se dedicado à formação de oficiais que enfrentam desafios diários no âmbito da segurança institucional.

Devido à sua natureza como quartel escola, com ênfase na formação de oficiais e aprimoramento de praças, optou-se por selecionar a ABMJM como o local de estudo e implementação das propostas apresentadas neste trabalho acadêmico.

1.1. Objetivos e Justificativa

A ABMJM visa formar futuros oficiais do Corpo de Bombeiros Militar do Maranhão (CBMMA) que sejam capazes, dentre diversas outras incumbências, de manter os materiais conservados, as áreas e instalações seguras, evitando o acesso

e uso destes por pessoas não autorizadas, representando possíveis alvos daqueles que buscam prejudicar ou explorar indevidamente a atividade do bombeiro militar.

Além disso, a instituição forma militares capazes de aplicar os conhecimentos adquiridos durante a formação nos diversos salvamentos e em seu serviço administrativo.

A escolha do tema para a unidade de ensino foi delimitada após análise de possíveis objetos de estudo. A decisão foi baseada na proximidade com a realidade local, bem como na estrutura e clima organizacional da ABMJM, aliada ao sentimento de dever em proteger a instituição responsável pela formação dos militares na busca de sua habilitação em segurança pública e no mercado de trabalho.

A análise da segurança orgânica desempenha um papel fundamental na gestão de uma organização militar, pois é essencial para o aprimoramento e a continuidade de suas operações.

Levando em consideração esses dois aspectos, o trabalho realizado requer a perenidade e a integração daqueles que são afetados por ele, tanto diretamente quanto indiretamente, a fim de estabelecer práticas e mentalidades alinhadas com a eficácia dessa abordagem.

O objetivo geral deste trabalho consiste em apresentar os conhecimentos relacionados à segurança orgânica e propor a aplicação de um plano de segurança orgânica, com o intuito de aprimorar a eficiência da segurança dos materiais, áreas e instalações da ABMJM.

Para atingir esse propósito, foram estabelecidos os seguintes objetivos específicos: realizar uma revisão bibliográfica abrangente sobre o tema; abordar os aspectos e características relacionados à inteligência e contrainteligência presentes nas organizações militares; e, por fim, propor um Plano de Segurança Orgânica abrangendo áreas, instalações e materiais na ABMJM.

É importante ressaltar que, ao final deste trabalho, será possível desenvolver um modelo prático e facilmente incorporável, com base em um sólido referencial de estudos e aplicações da segurança institucional tanto em órgãos de segurança pública quanto em outros contextos, a fim de conscientizar os membros da ABMJM sobre a importância de sua aplicação no quartel por meio do plano de segurança orgânica.

Esse conjunto, juntamente com a doutrina de inteligência, evidencia a relevância do tema e sua utilidade tanto para a organização quanto para aqueles que dela dependem.

2. REFERÊNCIAL TEÓRICO

Neste capítulo serão apresentados as teorias e conceitos relevantes para o desenvolvimento do trabalho, fornecendo as principais contribuições de teóricos relacionadas ao conteúdo.

2.1 A atividade de inteligência no Brasil

No Brasil, o início das atividades de inteligência foi marcado pelo governo de Washington Luís em 1927, com a criação do Conselho de Defesa Nacional (CDN) através do decreto nº 17.999 de 29 de dezembro. O CDN era composto pelo Presidente da República, o Chefe do Estado Maior do Exército, da Marinha e diversos ministros (ANTUNES, 2001).

Sua principal competência era o planejamento e realização de políticas de defesa e segurança nacional, além de atuar como assessor direto do Presidente da República em situações de ameaças à soberania nacional ou guerra, sendo esta fase considerada como embrionária da atividade de inteligência no país.

Durante o governo de Getúlio Vargas, no período de 1930 a 1945, a atividade de inteligência continuou a se desenvolver com a criação do Conselho Superior de Segurança Nacional (CSSN) e do Conselho de Segurança Nacional (CSN), órgãos responsáveis pela área até a criação do Serviço Federal de Informações e Contrainformações (SFICI) em 1946, que teve sua existência até 1964.

De acordo com Brasil (2023, p.1), na fase embrionária:

A atividade esteve inserida, de forma complementar, em conselhos de governo (1927 a 1946) e no Serviço Federal de Informações e Contrainformações (SFICI – 1946 a 1964). Correspondeu à construção das primeiras estruturas governamentais voltadas para a análise de dados e para a produção de conhecimentos.

Durante a fase conhecida como bipolaridade, que se refere ao período do regime militar, ocorreu a criação do Serviço Nacional de Informações (SNI) em 1964 pelo Presidente Castelo Branco, e este órgão governamental permaneceu em atividade até 1990, sob a administração de José Sarney.

Segundo Brasil (2020), a fase bipolar está associada ao contexto da Guerra Fria e apresenta forte ideologia incorporada ao serviço de inteligência. Essa fase teve

início com a reestruturação do SFICI e chegou ao fim com o encerramento do SNI.

Durante o processo de redemocratização no Brasil, uma nova fase da atividade de inteligência teve início, denominada de transição, que se estendeu de 1990 a 1999.

Essa fase teve início durante o governo de Fernando Collor de Melo, com a criação da Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE) e a inclusão da Secretaria Geral da Presidência da República (SGPR) na estrutura organizacional da inteligência nacional.

A fase foi encerrada pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso, que criou a Casa Militar da Presidência da República (CMPR), assumindo as atribuições da SGPR até o final da década de 1990. Segundo Brasil (2023, p.1), na fase de transição:

Com a redemocratização, a atividade de Inteligência passou por processo de reavaliação e autocrítica para se adequar a novos contextos governamentais de atuação. A Inteligência tornou-se vinculada a Secretarias da Presidência da República, primeiro como Departamento de Inteligência (DI) e, posteriormente, como Subsecretaria de Inteligência (SSI).

Na fase contemporânea ocorreu a criação da Agência Brasileira de Inteligência (ABIN) em 1995, fundamentada na medida provisória 813 de 1º de janeiro. O processo culminou com a sanção do Presidente da República em 7 de dezembro de 1999. Conforme afirmado por Brasil (2023, p.1):

Durante a maior parte da Fase Contemporânea da Inteligência Brasileira, a ABIN esteve vinculada ao Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República (GSI/PR) – órgão com status de ministério. Reforma administrativa executada pela presidente Dilma Rousseff, em 2015, levou a Agência à estrutura da Secretaria de Governo. Com a entrada em exercício do presidente Michel Temer, o GSI foi recriado e a ABIN inserida novamente na hierarquia do GSI.

Consoante a Doutrina Nacional da Atividade de Inteligência (DNAI), a atividade de inteligência consiste em um conjunto contínuo de ações especializadas cujo objetivo é a geração de conhecimentos e a proteção da sociedade e do Estado, com o propósito de prestar assessoramento às autoridades dos diversos níveis e áreas de atuação governamental (BRASIL, 2016).

O objetivo da atividade de inteligência, conforme a DNAI, é fornecer assessoramento especializado para as autoridades governamentais em todos os níveis e áreas de atribuição, desde a identificação de oportunidades e ameaças até o cumprimento das políticas governamentais, para proteção e meios que os guardam

ou transmitem, bem como prevenir, detectar, obstruir e neutralizar ações de inteligência adversas e outras ameaças (BRASIL, 2016).

Em síntese, a atividade de inteligência apresenta uma estrutura legal para o desenvolvimento de suas atividades, desempenhando um papel fundamental na obtenção de informações norteadoras para o processo decisório em níveis estratégicos e táticos.

2.1.1 Base legal da Atividade de Inteligência

O Conselho de Defesa Nacional (CDN), instituído pelo Presidente Washington, é o marco do início da base legal da atividade de inteligência, definido como “órgão de consulta do Presidente da República nos assuntos relacionados à soberania nacional e à defesa do Estado democrático, e sua atuação tem amparo no art.91 da Constituição Federal” (BRASIL, 1988). O inciso IV desse artigo dita que:

IV - estudar, propor e acompanhar o desenvolvimento de iniciativas necessárias a garantir a independência nacional e a defesa do Estado democrático. § 2º A lei regulará a organização e o funcionamento do Conselho de Defesa Nacional.

De acordo com Gonçalves (2012), o auge da atividade de inteligência no Brasil foi alcançado durante o período em que o Serviço Nacional de Informações (SNI) e o Sistema Nacional de Informações (SISNI) estavam em vigor, quando os serviços secretos possuíam grande influência nas altas esferas do governo.

Contudo, esses órgãos de inteligência estavam associados ao período militar, marcado por condutas ilegais e arbitrárias, sendo que a atividade de inteligência era frequentemente usada para fins de repressão. Como resultado, tanto o SNI quanto o SISNI foram extintos em 1990.

Em relação à legislação da atividade de inteligência no Brasil, somente em 7 de dezembro de 1999 foi promulgada a Lei nº 9.883, que estabeleceu o marco legal para essa área. Essa legislação deu origem à Agência Brasileira de Inteligência (ABIN) e ao Sistema Brasileiro de Inteligência (SISBIN).

Segundo Antunes (2001), as responsabilidades do Sistema Brasileiro de Inteligência (SISBIN) na atividade de integração de ações de planejamento e exercício de inteligência nacional são delimitadas pelo parágrafo primeiro da Lei 9.883 de 1999.

Essas responsabilidades incluem o processo de obtenção, análise e disseminação de dados e informações necessárias para a tomada de decisão pelo executivo, visando à salvaguarda da soberania nacional, defesa do Estado Democrático de Direito e à dignidade da pessoa humana.

De acordo com Antunes (2001), os órgãos e entidades da Administração Pública Federal que produzem conhecimentos sensíveis ao interesse do país e, por consequência, à sua segurança interna e externa, poderão integrar o Sistema Brasileiro de Inteligência, seguindo orientações regulamentares, conforme estabelece o artigo 2º da Lei 9.883 de 1999.

O artigo 2º da Lei 9.883 destaca a amplitude de responsabilidade que os órgãos e entidades da Administração Pública Federal possuem em relação à segurança interna e externa do país. Isso implica que as unidades básicas desses órgãos devem ter a preocupação com a segurança de seus dados e produções, criando mecanismos de proteção, conforme orientações regulamentares (BRASIL, 1999).

Em dezembro de 2000, foi instituído, por meio do Decreto nº 3.695, o Subsistema de Inteligência de Segurança Pública (SISP), que foi criado para atender às necessidades legais relacionadas à segurança pública.

De acordo com o artigo 1º do decreto, o objetivo principal do SISP é coordenar e integrar as atividades de inteligência de segurança pública em todo o país e fornecer informações aos governos federal e estadual que possam subsidiar a tomada de decisões nessa área (BRASIL, 2000).

O Decreto nº 3.695 também estabeleceu a Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP) como órgão central do SISP. Subordinado ao Ministério da Justiça e Segurança Pública, o SENASP é responsável por fomentar a integração e a articulação dos órgãos de segurança pública do país, bem como por elaborar políticas nacionais de segurança pública (BRASIL, 2000).

2.1.2 Doutrina Nacional de Inteligência de Segurança Pública

De acordo com Cruz (2013), a SENASP, na qualidade de órgão central, criou uma doutrina particular que serve como manual ou orientação a ser seguido pelos órgãos de inteligência que integram a segurança pública.

Tal documento é identificado como Doutrina Nacional de Inteligência de Segurança Pública (DNISP) e provê orientações e diretrizes para trabalhos relacionados à Inteligência de Segurança Pública (ISP).

A regulação da Atividade de Inteligência, no que se refere à produção e proteção do conhecimento, diretrizes conceituais, modus operandi, valores, princípios e normas nos diversos ramos da atividade de inteligência, bem como na organização e nas ações procedimentais nas relações institucionais entre os organismos de inteligência, tem como base a DNISP.

2.2 Fundamentos da Atividade de inteligência

Conforme mencionado por BRASIL (2016), a estruturação e execução da Atividade de Inteligência têm como base conceitos e princípios que se materializam em seus diversos ramos e operações. Dentre esses conceitos, destaca-se o de conteúdos sensíveis, cuja extensão transcende a esfera da Atividade de Inteligência.

De acordo com Cruz (2013, p. 44), a atividade de Inteligência se divide em dois ramos: Inteligência e Contraineligência. A primeira é responsável por obter e analisar informações para produção de conhecimento, enquanto a segunda tem como função proteger as informações produzidas, assim como a organização, as pessoas e as instalações contra atividades de inteligência adversas.

2.2.1 Inteligência

De acordo com Castro e Filho (2009) o ramo da atividade de inteligência que desenvolve os aspectos relacionados a inteligência se divide em análise e operações. Esses mecanismos são utilizados para obtenção e produção de conhecimento.

Sendo assim, análise desempenha um papel fundamental ao examinar as informações coletadas e fornecer interpretações válidas, enquanto que as operações se concentram na execução das atividades de campo para obtenção de informações relevantes.

2.2.2 Ameaças

De acordo com a DNAI, as ameaças podem ser classificadas como intencionais ou não intencionais. No primeiro caso, são denominadas de antagonismos, enquanto no segundo, de óbices. As ameaças referem-se a condições ou fatores que prejudicam a obtenção de interesses e a proteção de conhecimentos e informações sensíveis. (BRASIL, 2016).

Os antagonismos abrangem as ameaças criadas por agentes de inteligência adversos que têm como objetivo atacar os interesses institucionais. Espionagem, sabotagem, terrorismo e interferência externa são exemplos de antagonismos. É importante entender o significado de cada um desses antagonismos, como explicado abaixo:

Espionagem é a ação deliberada que visa à obtenção não autorizada de conhecimentos e dados sensíveis para beneficiar Estados, grupos de países, organizações, facções, empresas, autoridades ou indivíduos. Sabotagem é a ação deliberada de destruição, danificação, comprometimento ou inutilização, total ou parcial, de conhecimentos, dados, bens, materiais, equipamentos, instalações, sistemas e processos, sobretudo aqueles necessários ao funcionamento da infraestrutura crítica do país, com o objetivo de afetar o atendimento das necessidades essenciais da população e prejudicar os interesses do Estado. Terrorismo é a ameaça ou o emprego premeditado de violência física ou psicológica, perpetrada contra alvos civis ou militares não combatentes ou contra propriedades, praticada por indivíduos ou grupos adversos, apoiados ou não por Estados, visando intimidar, coagir ou subjugar pessoas, autoridades ou populações, por razões político-ideológicas ou religiosas. Interferência externa é a atuação deliberada de governos, grupos de interesse, pessoas ou organizações que visa influenciar os rumos do país, com o objetivo de favorecer interesses estrangeiros em detrimento dos nacionais (BRASIL, 2016, p.42).

Os óbices são considerados como ameaças não intencionais que resultam de ações humanas e fatores imprevistos, frequentemente causados por agentes internos na organização que, por imperícia, imprudência ou negligência, causam perdas e danos à instituição. Essas ocorrências são conhecidas como sinistros, que incluem desastres naturais e incidentes que afetam pessoas, instalações e dados armazenados.

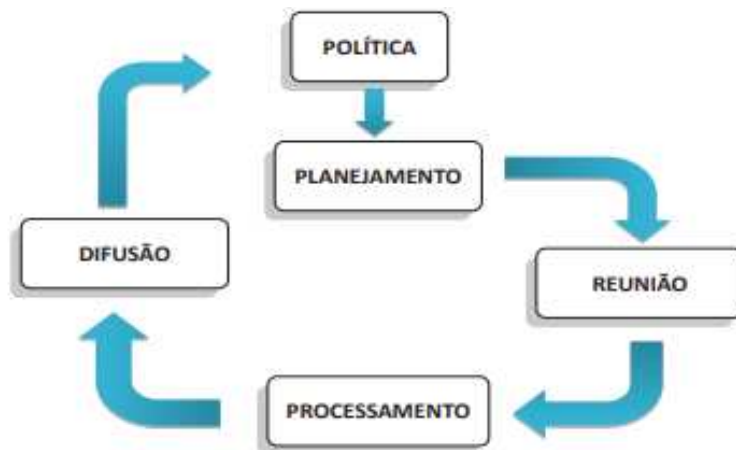
2.2.3 Ciclo de Inteligência

Compreende-se que o ciclo de inteligência é um processo contínuo que envolve diversas etapas, desde a coleta de dados até a produção de conhecimento estratégico para auxiliar nas tomadas de decisão.

A coleta, processamento, análise e propagação de conhecimento são feitos pela agência de inteligência, que pode ser um órgão ou uma fração do órgão governamental. Sendo assim, transmite os conhecimentos para a autoridade com poder decisório (LARES, 2003).

O ciclo de inteligência representa o *modus operandi* da atividade de inteligência, composto pelas seguintes fases: política, planejamento, coleta, processamento e difusão. Essas fases são representadas em diagramas para melhor compreensão do funcionamento e estrutura do sistema de inteligência.

Figura 1 - Ciclo de inteligência



Fonte: Brasil (2016, p. 37)

De acordo com BRASIL (2016, p. 38), "na instância política são estabelecidos os objetivos de governo e formuladas as políticas de governo (também denominadas políticas públicas) para a consecução e manutenção dos objetivos".

Na fase inicial de concepção do planejamento estratégico que a instituição deve ter clareza em relação aos seus objetivos e ativos para a formulação de políticas e procedimentos.

"O planejamento é a forma pela qual a política é assimilada pelo órgão de Inteligência e se torna orientação de trabalho, com base nos documentos oficiais e em demandas específicas" de acordo com o Brasil (2016, p. 38).

Nessa fase, ocorre a materialização de processos que serão adotados com base na política, e um plano de inteligência é elaborado para informar as unidades responsáveis sobre como proceder.

"A reunião é o processo de obtenção de conhecimentos e dados que contribuem para a produção do conhecimento, englobando diversos meios de

obtenção, tanto aqueles alicerçados exclusivamente em habilidades humanas quanto os embasados no emprego de meios tecnológicos" (BRASIL, 2016, p. 38).

Nesta etapa, ocorre a troca de informações entre unidades e organismos externos, possibilitando uma melhor compreensão da realidade vivenciada.

De acordo com a DNAI, a fase de processamento é parte essencial do ciclo de inteligência. Segundo a doutrina, "no processamento, os conhecimentos e dados obtidos são submetidos a métodos analíticos que permitem selecionar suas partes, relacioná-las, integrá-las e produzir inferências" (BRASIL, 2016, p. 38).

Nesta fase, os dados coletados são analisados e correlacionados de maneira a esclarecer fatos do passado e presente para a produção do conhecimento que será empregado em projeção do futuro, auxiliando o tomador de decisão.

Sendo assim, "a difusão consiste em transmitir o conhecimento produzido ao usuário, o que conduz o ciclo a seu ponto inicial, ou seja, à política", BRASIL (2016, p. 39). A transmissão do conhecimento possibilitará uma retroalimentação do ciclo de maneira a tornar ações mais efetivas e o alinhamento da ação e do objetivo seja mais eficiente.

2.2.4 Princípios da Atividade de Inteligência

Os princípios das atividades de inteligência são fundamentais para orientar e nortear o processo de obtenção, análise e produção de conhecimento estratégico.

De acordo com Santo e Cavalcante (2022), a legalidade é um princípio básico da atividade de inteligência que deve nortear todas as suas ações de produção de conhecimento e informações, devendo estar pautada no cumprimento das leis.

Assim, compreende-se que os princípios das atividades de inteligência são diretrizes que devem ser observadas para assegurar a qualidade e a confiabilidade do conhecimento produzido, bem como o respeito aos direitos e garantias individuais.

Conforme Brasil (2016), a Atividade de Inteligência tem seu exercício regido por normas básicas e gerais de conduta, correspondentes aos seguintes princípios: objetividade, segurança, oportunidade, controle, imparcialidade, simplicidade, amplitude e interação.

A objetividade exige da organização o direcionamento a objetivos bem definidos próprios da razão de ser da unidade. Segundo Brasil (2014a), a objetividade

tem por núcleo o cumprimento das funções de forma organizada, planejada e completa, de acordo com os objetivos.

No que tange à segurança, são utilizados mecanismos de salvaguarda dependendo da situação analisada. De acordo com Brasil (2014a), na DNISP, a segurança é vista como uma característica que tem o mesmo conceito de salvaguardar a produção do conhecimento e seus principais ativos.

A oportunidade é essencial para a entrega de resultados em um prazo adequado, a fim de que possam ser utilizados de forma eficaz. A delimitação temporal permite, por vezes, um melhor aproveitamento do conhecimento produzido, uma vez que, caso não seja aplicado no tempo certo, poderá estar defasado.

Supervisionar as ações realizadas para garantir que elas estejam sendo executadas de acordo com o planejado e que os resultados estejam sendo alcançados é o que rege o princípio do controle. Conforme Brasil (2014a), esse princípio é essencial para garantir a efetividade das ações e evitar a interferência de variáveis adversas no trabalho realizado.

Com a imparcialidade é fundamental abordar o assunto de forma neutra, sem ter interesses pessoais ou ideias preconcebidas que possam distorcer os resultados dos trabalhos. Nas palavras de Brasil (2014a), possibilita uma atividade isenta de ideias que podem ser distorcidas, tendenciosas e preconcebidas.

No âmbito da Atividade de Inteligência, a amplitude é um princípio que almeja resultados completos e abrangentes na execução das ações, levando em consideração todas as áreas relevantes e contemplando-as.

Conforme aponta Brasil (2014a), é essencial considerar todas as possíveis fontes de informação pertinentes à atividade em questão, ampliando, assim, o escopo de análise e permitindo que a organização de inteligência obtenha uma visão mais completa e precisa da situação.

A interação é um princípio que estabelece a importância das relações de cooperação e trabalho em equipe, compartilhando informações e recursos, a fim de otimizar os esforços e alcançar os objetivos de forma mais eficiente.

A interação entre organizações de inteligência pode ser fundamental para a identificação de ameaças ou riscos globais, visto que essas organizações muitas vezes possuem informações exclusivas ou expertise em áreas específicas (BRASIL, 2014a).

2.3 Contraineligência

Contraineligência é definido no § 3º do art. 1º da lei nº 9.883/1999 como “a atividade que objetiva neutralizar a inteligência adversa”, que se completa com o Art. 3º do Decreto nº 4.376/2002, que diz:

A atividade que objetiva prevenir, detectar, obstruir e neutralizar a inteligência adversa e ações de qualquer natureza que constituam ameaça à salvaguarda de dados, informações e conhecimentos de interesse da segurança da sociedade e do Estado, bem como das áreas e dos meios que os retenham ou em que transitem (BRASIL, 2002).

A Contraineligência se divide em três segmentos: a Segurança Orgânica, a Segurança de Assuntos Internos e a Segurança Ativa.

2.3.1 Ciclo de Contraineligência

O ciclo de contraineligência é um processo sistemático que tem como objetivo detectar, identificar, avaliar e neutralizar as ameaças de inteligência adversa, além de proteger informações sensíveis de uma organização.

É essencial que as organizações tenham uma estratégia de contraineligência bem estruturada, que englobe as etapas do ciclo, a fim de garantir uma proteção adequada contra potenciais ameaças. Segundo Brasil (2016), cinco fases compõem o ciclo de contraineligência, que são: observar, orientar, detectar, decidir e agir.

A fase de observação no ciclo de contraineligência é fundamental para o sucesso da estratégia de defesa do Estado ou instituições privadas, “Observar é a fase em que a Contraineligência considera três elementos: adversários, alvos e focos”, Brasil (2016, p. 44).

Nessa etapa, ocorre o monitoramento dos adversários, sejam eles estatais ou não, que estejam em competição declarada ou não com o Estado ou com as instituições privadas. Essa observação cuidadosa colabora para identificar possíveis ameaças e elaborar medidas de contraineligência que permitam neutralizá-las antes que causem danos irreparáveis.

Segundo Brasil (2016), a fase de detecção no ciclo de contraineligência é crucial, para identificar ações danosas relacionadas a pessoas, conhecimentos,

dados, materiais, equipamentos, áreas, instalações, sistemas ou processos relativos aos alvos e focos em potencial.

Sendo assim, essas ações de detecção precoce podem evitar perdas significativas de recursos e danos irreparáveis aos interesses da instituição.

Sendo assim, a fase de detecção no ciclo de contrainteligência tem como objetivo identificar ações danosas relacionadas a alvos e focos em potencial.

No processo de contrainteligência, a etapa de decisão tem como objetivo estabelecer a melhor abordagem para prevenir, obstruir ou neutralizar ações adversas, por meio de medidas estratégicas, como implementação de medidas preventivas, desinformação e neutralização das atividades suspeitas. Essas decisões devem ser tomadas com cautela e planejamento para garantir a efetividade das medidas adotadas (BRASIL, 2016).

Já a etapa de ação tem como finalidade efetivar as medidas definidas previamente, por meio da implementação coordenada e estratégica de medidas de contrainteligência, visando proteger os interesses da organização contra ameaças internas e externas (BRASIL, 2016).

2.3.2 Segurança Ativa (SEGAT)

A Segurança Ativa (SEGAT) é o ramo da contrainteligência que busca uma abordagem mais direta para neutralizar atividades adversas. Seu foco está na utilização de técnicas como contraespionagem, contrapropaganda, contraterrorismo e contrassabotagem. De acordo com o Brasil (2014a, p. 45):

A SEGAT é o conjunto de medidas proativas, destinadas a detectar, identificar, avaliar, analisar e neutralizar as ações adversas de elementos, ou grupos de qualquer natureza, que atentem contra a Segurança Pública. Essas medidas são desenvolvidas por meio da Contrapropaganda, da Contraespionagem, da Contrassabotagem e do Contraterrorismo.

Com base no conceito mencionado, tais medidas podem ser baseadas no uso de prevenção, neutralização, identificação e avaliação de ameaças e seu combate como resposta ativa às ameaças.

2.3.3 Segurança Orgânica (SEGOR)

A Segurança Orgânica (SEGOR) é um ramo da Contraineligência que busca proteger os indivíduos, bens e informações de uma organização, por meio da implementação de medidas preventivas. De acordo com Brasil (2014a, p. 44):

A SEGOR é o conjunto de normas, medidas e procedimentos de caráter eminentemente defensivo, destinado a garantir o funcionamento da instituição, de modo a prevenir e obstruir as ações adversas de qualquer natureza. A SEGOR caracteriza-se pelo conjunto de medidas integradas e planejadas, destinadas a proteger os ativos institucionais (tangíveis e intangíveis), em especial, o pessoal, a documentação, as instalações, o material, as operações de ISP, as comunicações, telemática e a informática.

A implementação de medidas de segurança pela Segurança Orgânica (SEGOR) é essencial para a proteção de pessoas, materiais e informações de uma organização, reduzindo o risco de atividades hostis ou maliciosas por parte de adversários internos ou externos. Tais medidas incluem controle de acesso, proteção de informações sensíveis e treinamento de pessoal.

É crucial que as organizações deem prioridade à SEGOR para proteger seus recursos e informações, assegurando a continuidade e segurança de suas operações. Dessa forma, a SEGOR deve ser vista como uma medida preventiva indispensável para minimizar riscos e preservar a integridade de uma organização.

2.3.4 Segurança de Assuntos Internos (SAI)

No contexto das instituições de Segurança Pública, a Segurança de Assuntos Internos (SAI) é uma área fundamental que tem como objetivo produzir informações para guiar as ações corretivas.

Conforme definido pela Doutrina Nacional de Inteligência de Segurança Pública do Brasil (2014a, p. 45), "A Segurança de Assuntos Internos (SAI) compreende o conjunto de medidas destinadas a produzir informações para orientar as ações corretivas das instituições de Segurança Pública".

Sendo assim, a SAI colabora no sentido de garantir transparência, ética e legalidade nas ações de tomada de decisão.

2.4 A importância da Segurança Orgânica para as Organizações Militares Estaduais

Para proteger as organizações militares, é necessário levar em conta a diversidade de seus ativos, que incluem pessoal, material, informacional e institucional. Com o objetivo de neutralizar ameaças, é imprescindível a implementação de um planejamento estratégico com diretrizes claramente definidas.

De acordo com Brites (2019), no contexto do Exército Brasileiro, têm sido produzidas diversas normas e diretrizes com o objetivo de reduzir e neutralizar danos e riscos às Organizações Militares.

Por exemplo, foram criadas a Caderneta de Prevenção de Acidentes na Instituição, a Cartilha de Prevenção ao Suicídio e as diretrizes de Gestão e Gerenciamento de Riscos.

Tais medidas têm como finalidade proteger os ativos da corporação, que incluem pessoas, materiais, informações, áreas e instalações.

No contexto do Corpo de Bombeiros Militar do Maranhão, existem várias regulamentações que auxiliam na proteção dos ativos. Um exemplo é a Portaria 24/2014 do CBMMA, que aborda o Serviço de Assistência Religiosa e o Centro de Atenção Psicossocial.

Essas legislações são fundamentais para garantir a integridade física e psicológica dos bombeiros, bem como a efetividade das operações de salvamento, combate a incêndios, uso adequado de materiais, instalações, dentre outros.

Além disso, o CBMMA conta com a Portaria 16/2020 que trata sobre procedimentos administrativos, disciplinares e criminais do CBMMA.

De acordo com Horta (2016), as informações referentes à Gestão da Segurança Institucional indicam a necessidade de estabelecer diretrizes para garantir a segurança de um determinado público. Portanto, é evidente a importância de adotar ações sistemáticas para organizar e assegurar a proteção dos ativos quem compõem a instituição.

De acordo com a norma NBR ISO/IEC 27002:2013, as diversas organizações trabalham com informações que podem ser apresentadas em diversos meios, e o valor dessas informações abrange não somente conhecimento, ideias e conceitos, mas também processos relacionados, sistemas, redes e pessoas envolvidas nesses processos. Portanto, todos esses ativos necessitam de proteção para garantir a

segurança da informação. (ABNT, 2013).

Pode-se observar que a segurança da informação é uma parte integrante da segurança organizacional, uma vez que o Corpo de Bombeiros Militar é um órgão da Segurança Pública que lida com dados pessoais de seus ativos, como controle de horários de trabalho, férias, ficha de comportamento do militar, informações familiares, subsídios, dentre outros.

Além disso, os próprios ativos possuem conhecimento sobre o funcionamento da instituição, localização de armamentos, materiais e documentos sensíveis, escalas de colegas e informações pessoais e, se esses dados forem acidentalmente ou intencionalmente repassados para pessoas mal-intencionadas, poderão comprometer tanto o ativo quanto a instituição.

A fim de preservar a segurança das informações, materiais, áreas e instalações e dos ativos do Corpo de Bombeiros Militar, a segurança orgânica é uma medida fundamental.

Dessa forma visa conscientizar os componentes da Segurança Pública sobre a importância de manterem os dados e informações internas ao CBMMA dentro da instituição, assegurando a proteção dos ativos e da própria organização.

2.5 Medidas de Segurança Orgânica

As medidas de segurança se referem a procedimentos utilizados para prevenir riscos e proteger pessoas, propriedades e informações. Sendo assim, elas variam de acordo com o contexto a que estão aplicadas.

2.5.1 Plano de Segurança Orgânica

O Plano de Segurança Orgânico (PSO), é um instrumento a ser considerado para melhoria da segurança interna de qualquer instituição. Sendo assim, ele apresenta as medidas de proteção a serem tomadas pela instituição.

No âmbito da Doutrina Nacional de Inteligência de Segurança Pública (DNISP), o PSO é considerado como um documento orientador dos procedimentos relacionados à Segurança Orgânica. Conforme a DNISP, a elaboração do PSO passa pelas etapas de “Estudo de Situação, Decisão, Elaboração do Plano, Implantação do Plano e Supervisão das Ações Planejadas” (BRASIL, 2014a, p.45).

À luz dos conceitos apresentados sobre segurança orgânica, o PSO é um documento que busca orientar os procedimentos de importância da atividade de inteligência, identificando recursos, determinando procedimentos para garantir a segurança e as possíveis violações juntamente com as ações a serem aplicadas em caso de violação da segurança.

As ações estabelecidas no PSO, visam estabelecer as respectivas responsabilidades dos agentes. Portanto, o PSO irá orientar sobre as ações inerentes à segurança orgânica (BRASIL, 2019c).

Embora seja relevante a elaboração e adoção de um Plano de Segurança Orgânica (PSO) com o propósito de proporcionar uma melhor proteção das instalações e materiais, é essencial que as etapas antecedentes à elaboração do plano sejam devidamente seguidas a fim de se prevenir qualquer inadequação em seu desenvolvido.

As medidas de proteção dos ativos abrangem diversos aspectos como a segurança pessoal, a proteção de documentos e materiais, a segurança das comunicações, telemática e informática, a proteção das áreas e instalações e a segurança das operações. Cada uma dessas medidas será detalhada a seguir.

2.5.2 Segurança da Informação e Recursos Humanos - pessoal

A informação para qualquer organização, seja pública, seja privada, representa um bem a ser protegido, seja por meio de ações de conscientização, seja por mecanismos de sanções, procedimentos de segurança e quaisquer outros meios que colaborem para sua proteção.

Eduardo (2006) aponta que a informações precisam receber os mesmos cuidados que são direcionados aos recursos financeiros e materiais da organização, isso porque ele está diretamente ligado a execução da missão da organização. Sendo assim, sua utilização precisa ser norteada por regras e procedimentos.

No Manual de Campanha EB70-MC-10.220 – Contraineligência, a segurança da informação é descrita como um conjunto de medidas que visam assegurar a disponibilidade, integridade, confidencialidade, autenticidade, irretratabilidade e atualidade da informação, durante todo o seu ciclo de vida.

Assim, a segurança da informação tem como alvo os suportes da informação, tais como pessoas, documentos, materiais, tecnologias da informação e comunicação, áreas e instalações. (BRASIL, 2019a).

De acordo com o Manual Técnico da Metodologia de Gestão de Riscos do Exército Brasileiro (EB20-MT-02.001), em seu Art. 38, parágrafo I, alínea “a”, o pessoal é identificado como recurso humano suscetível a cometer erros, seja de forma intencional ou não intencional.

Conseqüentemente, o Art. 39 do manual apresenta as principais vulnerabilidades que geram fatores de riscos internos relacionados a pessoal, tais como falta de capacitação, perfil inadequado para o desempenho de determinada tarefa, insuficiência do quantitativo de pessoal, desmotivação, entre outros (BRASIL, 2019c).

No âmbito da segurança orgânica, os recursos humanos são compostos pelos indivíduos que trabalham para a organização.

Conforme a Doutrina Nacional de Inteligência de Segurança Pública (DNISP), o pessoal é composto pelo agente, colaborador, informante, rede e controlador, cada um com um papel específico dentro da organização. (BRASIL, 2014a).

De acordo com Branco, Schauffert e Lento (2014), os processos envolvendo recursos humanos se dá em três momentos, segurança no processo seletivo, segurança no desempenho da função e segurança no desligamento.

2.5.3 Segurança das Comunicações nos meios de Tecnologia de Informação

A segurança das comunicações nos meios de tecnologia de informação é uma preocupação presente na era digital, já que muitas informações de caráter sensível são transmitidas entre instituições e usuários, seja de modo legal ou ilegal.

Segundo Brasil (2019c) a segurança das comunicações abrange um conjunto de normas, procedimentos e medidas a serem adotados para assegurar a proteção no processo de transmissão de dados e informações, bem como na salvaguarda dos equipamentos envolvidos nesse processo.

No que tange à segurança da informação, Brasil (2019c) destaca três etapas que visam garantir a proteção das comunicações: segurança da transmissão, segurança do conteúdo e segurança informática.

A segurança da transmissão tem como objetivo proteger fisicamente os sistemas, dificultando assim a interceptação de mensagens. Para tanto, são adotadas medidas como a escolha de locais adequados para instalação dos equipamentos, uso adequado do sistema de comunicações, entre outras.

2.5.4 Segurança do Material

Cada organização militar possui uma variedade de equipamentos, desde móveis, como mesas e cadeiras, até equipamentos bélicos, como armamentos e materiais de combate. Além disso, materiais entram e saem do quartel, seja por conta de uma missão externa, seja por motivo de treinamento.

Por exemplo, o uso de uma bota de combate a incêndio deve ser monitorado pelo militar que a utiliza para que ela possa ser devolvida ao final do serviço. Assim, é essencial que seja realizado o controle do estoque de materiais no quartel, bem como o registro de todas as entradas e saídas.

A proteção do material é fundamental na prevenção de ações hostis com o objetivo de apropriação do material.

Ao avaliar a importância de um determinado item do ponto de vista da Segurança Orgânica, são considerados fatores como o impacto na realização da missão da organização militar e a dificuldade de substituição, entre outros, o que indica a necessidade de proteção e preservação.

As medidas de Segurança do Material incluem a guarda adequada do material em condições técnicas e instalações apropriadas, de acordo com os manuais técnicos e as possíveis ameaças (BRASIL, 2019a).

Para Branco, Schauffert e Lento (2014), os incidentes de segurança envolvendo materiais devem ser avaliados considerando a intencionalidade do evento. Por isso, é importante catalogar o incidente e observar como ocorreu para analisar se houve sabotagem. Além disso, é necessário avaliar os incidentes preventivamente, de modo a adotar medidas de prevenção.

Medidas complementares devem ser adotadas para garantir um controle patrimonial adequado, como a obediência das normas internas estabelecidas pela organização militar para a produção, manuseio, acondicionamento e armazenamento de materiais. Materiais sensíveis devem ser armazenados em locais protegidos com acesso restrito.

Todo o pessoal deve receber orientações sobre medidas de segurança. Durante o trânsito de materiais sensíveis, devem ser implementadas medidas extras, como criptografia, recibo de entrega e recebimento apenas por pessoas autorizadas (BRANCO, SCHAUFFERT e LENTO, 2014).

2.5.5 Segurança da Documentação

A documentação é um meio crucial de comunicação entre diferentes instituições e dentro de uma organização militar. Devido ao seu caráter restrito, é necessário implementar ações e cuidados rigorosos em todos os processos que envolvem documentação.

Segundo o Manual de Campanha EB70-MC-10.220 – Contrainteligência, a segurança do material é fundamental para evitar ações hostis, como a espionagem e sabotagem. Por outro lado, a documentação passa por várias fases, como produção, expedição, recepção, manuseio, arquivamento e eliminação, e, portanto, requer cuidados específicos em cada uma dessas etapas (BRASIL, 2019a).

É fundamental ressaltar que a espionagem está diretamente ligada à obtenção de informações, materiais e dados de maneira não autorizada. Já a sabotagem abrange ações com o objetivo de destruir, adulterar ou interromper, visando dificultar ou comprometer o acesso a itens sigilosos.

Em função desses problemas, cada fase do ciclo de vida do documento e do material segue uma série de precauções para mantê-los em sigilo.

2.5.6 Segurança das Áreas e Instalações

A segurança de áreas e instalações é importante para a proteção do pessoal e do patrimônio da instituição. Medidas de prevenção devem ser implementadas para evitar ações hostis contra esses elementos.

Controlar o acesso às edificações e instalações da organização militar, tanto as áreas permanentes quanto as temporárias, é essencial. Estabelecer procedimentos que garantam a segurança física dessas áreas é fundamental para evitar ameaças à segurança e preservar a integridade dos bens da organização (BRASIL, 2019a).

Sobre as áreas e instalações, o Arts. 42 e 43 da Doutrina Nacional de Inteligência de Segurança Pública diz que:

Art. 42. As áreas e instalações que contenham documento com informação classificada em qualquer grau de sigilo, ou que, por sua utilização ou finalidade, demandarem proteção, terão seu acesso restrito às pessoas autorizadas pelo órgão ou entidade. Art. 43. Os órgãos e entidades públicas adotarão medidas para definição, demarcação, sinalização, segurança e autorização de acesso às áreas restritas sob sua responsabilidade. Parágrafo único. As visitas a áreas ou instalações de acesso restrito serão disciplinadas pelo órgão ou entidade responsável pela sua segurança. (BRASIL, 2014a).

Com base nessas informações, é evidente a importância de estabelecer limites de acesso a essas áreas. Não é suficiente apenas proteger os documentos, identificando-os como sigilosos. É igualmente importante controlar o acesso de pessoas aos locais onde esses documentos são produzidos e armazenados.

Para garantir a segurança das áreas restritas, é necessário implementar medidas de controle de acesso, como a demarcação dessas áreas por meio de sinalização clara e de fácil compreensão, e a criação de barreiras que impeçam a entrada de pessoas não autorizadas.

É importante destacar que as barreiras ofereçam proteção adequada aos riscos presentes além de serem complementadas por outras medidas de segurança, sendo aplicadas após análise da situação. Tais medidas visam proteger não apenas a documentação sigilosa, mas também os demais itens que fazem parte do patrimônio da instituição. (BRASIL, 2019a).

Com o objetivo de aprimorar o sistema de segurança nas áreas restritas, podem ser adotadas medidas complementares, como a implementação de linhas de proteção, sistemas de vigilância, proteção dos cabos, energia elétrica, água, ar-condicionado, bem como quaisquer outros procedimentos de segurança que sejam necessários (BRASIL, 2014b).

As medidas de proteção de áreas e instalações visam proteger os locais de acesso restrito, e por consequência, os materiais e documentação armazenados no local. Pretende, portando, evitar quaisquer ações maliciosas e hostis no local.

3 ACADEMIA DE BOMBEIROS MILITAR JOSUÉ MONTELLO

No ano de 2003, o governo estadual separou uma área na EXPOEMA para um projeto chamado “sopão”. O projeto, entretanto, não chegou a ser inaugurado e o prédio foi abandonado.

A Academia do Corpo de Bombeiros Militar (ACBM) iniciou suas atividades no segundo semestre de 2006, inaugurando o CFO do CBMMA, com graduação de Bacharel em Segurança Pública e do Trabalho, sendo três anos a duração do curso.

Antes da criação dessa unidade de ensino, o CFO era feito em outros estados brasileiros. No ano de 2007, o então major QOCBM Joabe Pereira de Sousa, assumiu o comando da Academia. Ele observou que o local se enquadrava no perfil desejado para criar a Academia. Então, por meio de autorização do subcomandante do CBMMA, o coronel QOCBM Antônio Eliberto Barros, tomou as medidas para regularizar a edificação.

A nova ocupação teve como turma inicial o pelotão do Curso de Formação de Soldados (CFSD). Em julho do ano de 2007 a turma pioneira do CFO-BM continuou seu segundo ano de formação no local. Nesse mesmo ano entrou a segunda turma, coronel dos Anjos.

Em 2008 o novo comando, tendo à frente o major QOCBM Arnaldo Martins Macedo. Nesse ano, a 2ª turma, Coronel Moraes, iniciou o curso de formação, estando no 2º ano no período da inauguração oficial das novas instalações.

No ano de 2009, as instalações foram completamente finalizadas, sendo inaugurada oficialmente com o nome de Academia de Bombeiros Militar Josué Montello.

Atualmente há três turmas do CFO-BM, a XV, a XVI e XVII. Além disso, a ABMJM tem proporcionado o Curso de Habilitação de Oficiais Administrativo e Especialista (CHOAE).

4 PLANO DE SEGURANÇA ORGÂNICA VOLTADO A SEGURANÇA DAS ÁREAS, INSTALAÇÕES E EQUIPAMENTOS

Este capítulo abordará os principais aspectos relacionados à segurança orgânica, incluindo diretrizes e procedimentos que visam a proteção da ABMJM, por meio de ferramentas que serão apresentados a seguir.

4.1 Ciclo PDCA

O PDCA, sigla para Plan, Do, Check, Act (Planejar, Fazer, Verificar, Agir), é uma ferramenta que pode ser utilizada para solucionar problemas e promover melhorias contínuas em diversos espaços, especialmente no ambiente de trabalho.

Para Dumont, Ribeiro e Rodrigues (2006), O Ciclo PDCA é uma abordagem usada para controlar e obter resultados confiáveis e eficazes em uma organização, sendo eficiente para promover melhorias nos processos, padronizar informações e evitar erros de análise, além de tornar as informações mais claras e fáceis de entender.

O ciclo PDCA, também conhecido como ciclo de Shewart, ciclo de Deming ou ainda ciclo de qualidade, é um mecanismo que tem como finalidade primordial o auxílio na identificação e análise de problemas organizacionais.

Tal ferramenta é um instrumento muito importante para solução de impasses, tendo em vista que, é que o mais se demonstra adequado e que apresenta resultados, diante da condução de ações sistemáticas que possibilitam melhores resultados (PACHECO, *at al*, 2012).

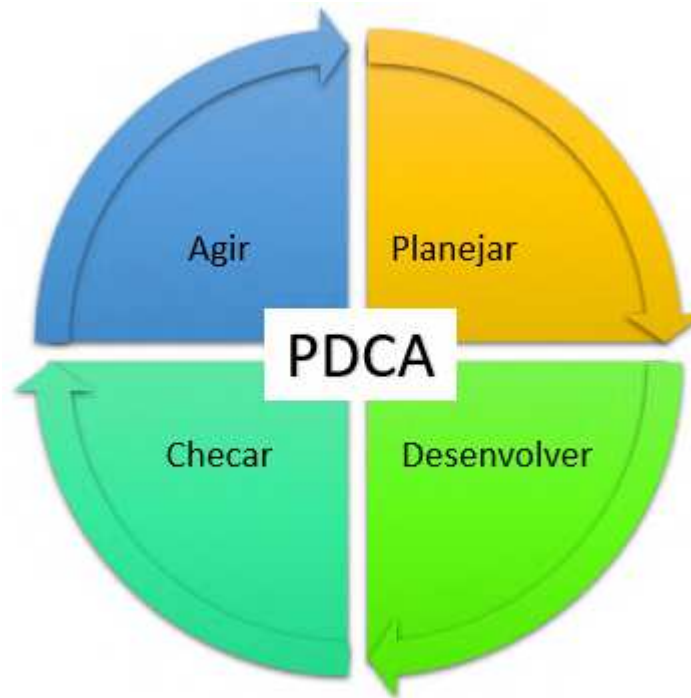
Essa ferramenta flexível e adaptável, pode ser aplicada em diversos contextos e setores de uma organização. Ao promover a melhoria contínua, o PDCA contribui para o aumento da eficiência, redução de erros e desperdícios, além do aprimoramento da satisfação dos clientes e colaboradores.

Para isto, é necessário criar um planejamento através do levantamento de fatos, definir objetivos, verificar as vulnerabilidades e definir as ações a serem tomadas.

Além disso, o ciclo PDCA permite comparar a realidade dos fatos com o previsto no planejamento. Agir significa atuar para que o planejamento seja aplicado

àquela realidade. Sendo assim, a figura a seguir mostra um resumo das fases presentes nesse processo.

Figura 2 - Ciclo PDCA



Fonte: Elaborada pelo autor (2023)

Importante pontuar que o método utilizado pela PDCA é a técnica do melhoramento contínuo. Dessa maneira, é uma técnica utilizada de modo a ser uma atividade contínua no ambiente de aplicação, com vista à implementação de um novo modelo de atividade. Sendo assim:

Com o módulo ACT, o ciclo PDCA atinge sua última fase, acarretando na importância de se começar um dos processos mais notáveis, e, nos dias de hoje, muito debatido para uma gestão: o método de Melhoria Contínua, que pode ser executado empregando-se o processo de Melhorias PDCA. Quando a empresa alcança seus padrões de primazia, a mesma deve continuar empenhando-se para melhorar sempre, focalizando o processo de Melhoria Contínua (ANDRADE, 2013, p.48).

Dessa forma, diante da aplicação do método PCDA, utilizando-se dos passos que requer o instrumento, depreende-se um melhoramento contínuo, o qual, está sob fiscalização com o objetivo de verificar os pontos positivos e negativos a fim de aplicar as melhores ações em seu desenvolvimento. Para ilustrar, figura 3:

Figura 3 - Ciclo PDCA para melhorias



Fonte: Dumont, Ribeiro e Rodrigues (2006)

Na imagem, verifica-se os passos a serem implementados, tendo início com a identificação do problema e observação. Após isto, faz-se uma análise minuciosa com vistas a iniciar o plano de ação.

Posteriormente, executar de acordo com a análise anterior seguida da verificação do procedimento e resultados obtidos. Por fim, conduz-se a ação a partir do estudo do processo e, havendo compatibilidade, procede-se à padronização.

4.2 Aplicação do PDCA para o desenvolvimento do Plano de Segurança Orgânica de Áreas, Instalações e Equipamentos na ABMJM

O PDCA é uma importante ferramenta para identificar problemas e solucioná-los, haja vista que sua aplicação não é complexa, ao contrário, é ideal para iniciar costumes e atitudes mais eficientes no trabalho. Por essa razão, é relevante o estudo desse mecanismo para implementação do plano de segurança dos materiais, equipamentos e instalações aplicado a ABMJM.

Para Campos (2004), dominar o PDCA possibilita aprofundar a capacidade de planejar, além disso, a melhoria do ciclo possibilita atingir metas e resolver problemas, sempre dos mais simples aos mais complexos.

Dessa maneira, para aplicar o PDCA na BMJM, é preciso verificar desde os problemas mais triviais até os mais complexos. No primeiro momento, foi verificada a

existência de legislações que prevejam o uso adequado de materiais, áreas e instalações que possam nortear as atividades de forma a manter a segurança do local.

Haja vista que, havendo a previsão normativa, haverá maior facilidade na verificação de observância das regras impostas.

Além disso, verificou-se a importância de designar um responsável para cada nível da segurança orgânica, o qual diante da sua capacidade técnica, será responsável por averiguar cotidianamente, em conjunto aos demais, se as normas fixadas estão sendo cumpridas por todos.

Nessa perspectiva, cria-se uma equipe treinada para adequado manuseio dos materiais, equipamentos e instalações de uma forma mais organizada e eficiente.

Também, unido a essas estratégias, a construção mental nos militares a partir do estudo e aplicação do plano de segurança orgânico colabora, por meio das ações estabelecidas, para mostrar que todos os indivíduos presentes na instituição são responsáveis por desenvolver um ambiente de trabalho mais seguro.

Nesse modelo, estarão presentes os passos do PDCA:

1. Planejar (*Plan*): nessa etapa do plano de segurança, foram identificados os riscos e ameaças específicos que afetam a ABMJM. Foram realizadas análises de vulnerabilidades estabelecidos objetivos claros para a segurança orgânica, por meio da identificação de áreas sensíveis, estabelecimento de procedimentos para controle de acesso e definição de metas para redução de incidentes de segurança.

2. Executar (*Do*): uma vez que o plano de segurança foi planejado, nessa etapa deverão ser implementadas as medidas de segurança. Isso envolve a execução de ações específicas como a instalação e manutenção de câmeras de segurança, o treinamento da equipe em procedimentos de emergência e a criação de políticas de controle de acesso.

3. Verificar (*Check*): após implementar as medidas de segurança, é fundamental realizar verificações regulares para avaliar a eficácia das ações tomadas, por meios de inspeções das áreas e instalações, *feedback* dos ativos e análise de indicadores de desempenho e a comparação dos resultados com os objetivos estabelecidos.

4. Agir (*Act*): a partir das verificações realizadas, serão identificadas oportunidades de melhoria para que ações corretivas sejam implementadas. Caso sejam observadas falhas ou locais em que as medidas de segurança não atingiram

os resultados pretendidos, deverão ser realizados ajustes, incluindo a revisão de procedimentos e implementação de novas medidas.

Dessa maneira, o método PCDA torna-se uma importante ferramenta, vez que tem como objetivo melhorar o desempenho do grupo em que se aplica.

Na ABMJM, esse método é essencial, tendo em vista a necessidade de padrões na utilização de equipamentos, materiais e instalações. Ademais, é relevante, pois busca não somente implementar mecanismos de melhoria, mas mudança de mentalidade, na medida em que conscientiza e adverte os militares de maneira pedagógica.

Além disso, o método permite a fiscalização quanto ao uso adequado. Isto é, um modo que garanta a efetividade da aplicação das regras pelos militares. Bem como, a oportunidade dessas normas serem implementadas, observadas e fiscalizadas por todos, incentivando o trabalho coletivo e harmônico.

Assim, compreende-se a relevância da aplicação desse método:

Buscar planejamentos pautados na garantia do melhoramento organizacional de uma instituição é papel fundamental do gestor, nesse ponto há de se destacar que um bom assessoramento é fundamental para seu sucesso. A aplicação de Planejamento de Segurança Orgânica em uma instituição, em especial no Corpo de Bombeiros Militar teria um papel fundamental na preservação e valorização ainda maior da sua imagem perante a sociedade maranhense. (RIBEIRO, 2019, p. 26).

Verifica-se que o planejamento, corroborado pelo método PCDA não só melhora o desempenho da organização, considerando os oficiais entre si. Mas valoriza os profissionais no seu ambiente de trabalho, visando o melhor desempenho e qualidade de vida, bem como demonstra uma unidade e excelência do serviço perante a sociedade maranhense.

Em vista disso, foi elaborado um Plano de Segurança Orgânica voltado aos materiais, áreas e instalações da ABMJM, conforme consta no apêndice B.

5. METODOLOGIA

O presente trabalho adotou a abordagem de pesquisa bibliográfica, por meio de fontes confiáveis que tratam sobre segurança orgânica. Foi realizado um levantamento abrangente de livros, artigos científicos, legislações e documentos oficiais que abordam a segurança orgânica e suas aplicações em organizações militares.

Inicialmente, foram apresentados os conceitos fundamentais da segurança orgânica, enfatizando seus elementos e princípios básicos. Além disso, foram realizados registros fotográficos com o intuito de evidenciar as vulnerabilidades encontradas na ABMJM, proporcionando uma análise visual e contextual das áreas e instalações em estudo.

No âmbito da inteligência e contrainteligência foi enfatizada a importância da segurança orgânica nas organizações militares, a fim de sensibilizar os membros do CBMMA sobre a necessidade de seu funcionamento na ABMJM.

Foram destacados os aspectos e características da inteligência e contrainteligência, com foco na proteção de materiais, áreas e instalações, ressaltando sua relevância fundamental para a segurança institucional.

A análise de documentos internos, regulamentos e políticas de segurança vigentes na academia contribuiu para identificar lacunas e oportunidades de melhoria nesse contexto.

Com base na análise realizada, foi proposto um plano prático para garantir a segurança dos materiais, áreas e instalações da ABMJM. Esse plano destaca as particularidades da instituição e foi embasado no referencial teórico, unindo aspectos da segurança orgânica com os princípios da inteligência e contrainteligência.

A proposta do plano busca atender às necessidades específicas da ABMJM, mas também tem o potencial de ser um modelo a ser adotado por outras organizações militares e instituições de segurança pública, adaptando-o ao contexto, promovendo maior eficiência e eficácia na proteção dos ativos e na preservação da segurança interna.

A relevância deste trabalho se deve à possibilidade do plano de segurança orgânico desenvolvido, ser implementado e adaptado em outras instituições. Além disso, o modelo criado foi feito de forma prática e de fácil incorporação. Sendo assim, sua aplicação proporcionará benefícios na proteção dos ativos e da instituição.

6. DESENVOLVIMENTO DO PLANO DE SEGURANÇA ORGÂNICA DE ÁREAS, INSTALAÇÕES E EQUIPAMENTOS NA ABMJM

Este capítulo abordará os elementos-chave para elaboração do plano, como avaliação das vulnerabilidades, controle de acesso, responsabilidades, monitoramento e conscientização do público interno sobre a segurança orgânica.

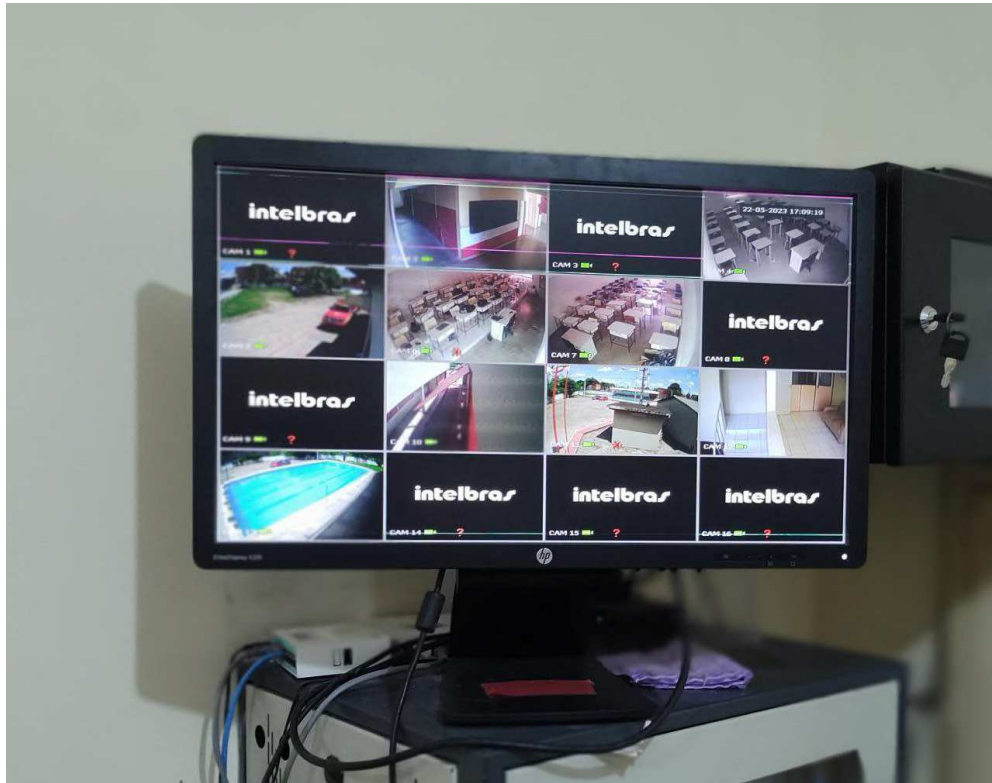
6.1 Estudo de situação da ABMJM

A análise das vulnerabilidades encontradas na ABMJM foi realizada por meio de observações feitas no local a partir de registros fotográficos relacionados aos aspectos estudados no trabalho e revisão de literatura. Essas fontes de informação proporcionaram uma visão abrangente das vulnerabilidades existentes e dos desafios a serem enfrentados.

Durante as observações no local, foi identificado um conjunto de vulnerabilidades que demandam atenção e ações corretivas. Uma das principais preocupações identificadas diz respeito às câmeras de segurança ainda em desenvolvimento inicial.

A figura 4 aponta o sistema de videomonitoramento presente na ABMJM. Percebe-se, portanto, que há espaço de visualização na tela, sendo assim, há locais que precisam ser alcançados pelas câmeras. A melhoria desse sistema, portanto, acarreta maior segurança.

Figura 4 - Sistema de videomonitoramento da ABMJM

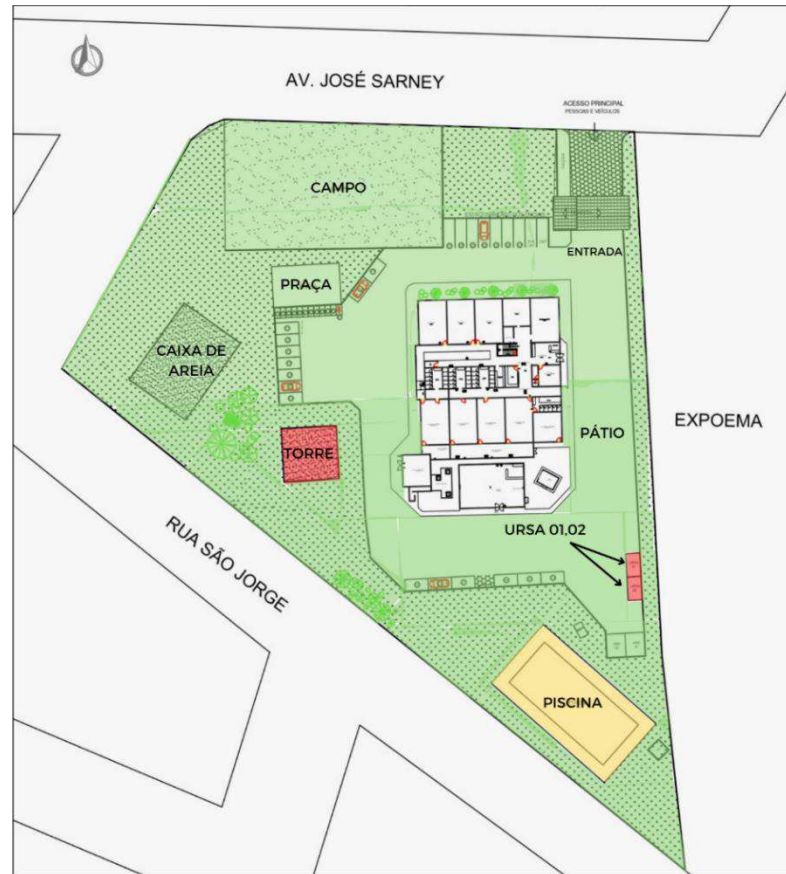


Fonte: Elaborada pelo autor (2023)

Através da figura é possível identificar que das 16 (dezesesseis) câmeras existentes na ABMJM, apenas 9 (nove) estão funcionando. Logo, fica claro que a operacionalidade de um sistema de videomonitoramento das diversas áreas da ABMJM possibilita maior segurança e proteção dos ativos.

Desenvolver e aprimorar esse sistema aumentará a efetividade na detecção de ameaças e riscos, contribuindo para a proteção e prevenção do local.

Figura 5 - Planta de situação da área externa da ABMJM



Fonte: Elaborada pelo autor (2023)

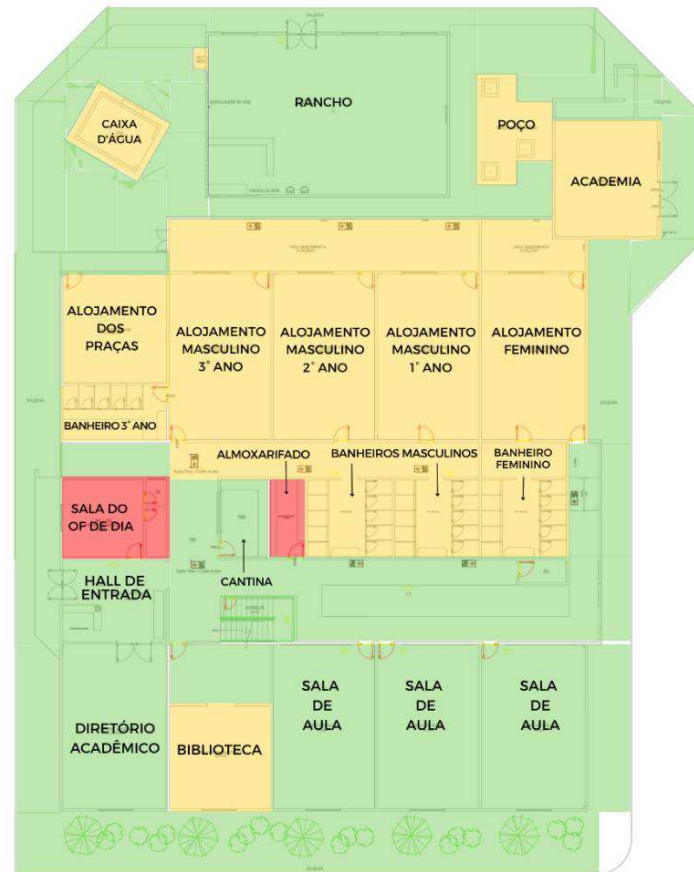
A figura 5 mostra as áreas externas devidamente separadas por cores para melhor identificação. As áreas verdes são aquelas que podem ser utilizadas por qualquer pessoa que tenha autorização de entrar no quartel. As áreas em amarelo são aquelas áreas restritas em que só se pode entrar ou utilizar sob autorização.

A partir da figura percebe-se que a piscina está classificada como área restrita. Isso ocorre porque o regulamento interno só permite o uso da piscina se tiver devidamente autorizado e acompanhado.

A figura 6 aponta as áreas internas e sua classificação, divididas da mesma forma que a figura 5. Sendo assim, é possível determinar o limite de circulação. Locais alojamentos femininos e masculinos e quintais foram classificados como restritos já que são áreas reservadas para o uso dos militares e que só podem ser acessadas com autorização da autoridade competente.

A sala do oficial de dia está demarcada de vermelha pois é o local reservado para guardar armamentos. Sendo assim, o local deveria ter o acesso mais rigoroso e sua classificação mais adequada é área sigilosa.

Figura 6 - Planta baixa da área interna da ABMJM



Fonte: Elaborada pelo autor (2023)

A partir da figura 6 é possível identificar que existe uma proximidade entre as áreas livres, restritas e sigilosas. Já que não há possibilidade de separação maior entre elas devido ao aspecto construtivo, é necessário o uso das sinalizações de restrição de área para nortear o público interno e principalmente, qualquer pessoa externa que adentre a unidade militar.

As áreas livres da ABMJM abrangem as calçadas, estacionamentos, adjacências da edificação, acesso principal. Já as áreas restritas são aquelas que ultrapassam o limite das áreas livres, onde é necessário adotar medidas de controle de acesso. A exemplo tem-se as salas de aula, alojamentos, banheiros internos, torre de treinamento, rancho, dentre outros.

As áreas sigilosas nas quais ficam guardados os documentos, materiais, processos, chaves, necessitam de medidas maiores de segurança e controle de acesso, incluindo placas de sinalização.

A ABMJM possui diversos locais configurados como sigilosos, tais como a sala do oficial de dia, gabinete do comando, arquivo, sala de controle e avaliação e as demais áreas de acesso apenas do pessoal autorizado.

Segundo Silva (2021) as áreas sigilosas são aquelas que abrigam dados, conhecimento e materiais sigilosos, já as restritas são aqueles locais considerados vitais para o pleno funcionamento do órgão.

Por conta da proximidade entre as áreas, observa-se a necessidade da utilização da sinalização para informar o grau de acesso permitido em determinado local das instalações. Nesse sentido foram desenvolvidas placas, presentes no plano de segurança orgânica da ABMJM, para informar a todos os usuários os locais em que podem ter ou não acesso, conforme consta no apêndice B.

As placas exemplificadas ajudam a manter o público local informado sobre o monitoramento existente, sobre as áreas restritas e sigilosas e sobre os cuidados que deve tomar em relação ao acesso.

Figura 7 - Pátio da ABMJM



Fonte: Elaborada pelo autor (2023)

Em relação as às barreiras físicas, existem algumas barreiras colocadas próximo ao pátio para evitar o deslocamento de veículos para áreas não autorizadas, conforme mostra a figura 7. Entretanto são barreiras que poderiam estar melhor

estruturadas. Sendo assim, proporcionar instalações mais modernas pode contribuir para a segurança das áreas e instalações.

Figura 8 - Portão manual do quartel e cancela avariada



Fonte: Elaborada pelo autor (2023)

A figura 8 apresenta o portão principal da ABMJM. Sua abertura atualmente é manual. Sendo assim, é um sistema que tem grandes possibilidades de melhorias, seja por meio da instalação de cancela automática, quanto pela instalação de portão automático.

O desenvolvimento desse sistema proporciona maior eficiência da segurança, principalmente no período noturno, em que a visibilidade fica mais comprometida.

No contexto da contrainteligência, a modernização das instalações promove uma melhor segurança das áreas, instalações e materiais da ABMJM. Por meio de instalações mais modernas é possível implementar medidas de acesso mais eficientes. Dessa maneira, atualizar os sistemas existentes resultam em maior capacidade de resposta a ameaças em potencial.

Vale destacar que, como apontado por Wendt e Reschke (2023), cabe a contrainteligência coordenar, planejar e executar ações para preservar a instituição da entrada de pessoas não autorizadas, que atentem contra a integridade do local, além do acompanhamento e assessoramento.

Figura 9 - Janela vizinha na direção do quartel



Fonte: Elaborada pelo autor (2023)

O muro da unidade militar protege parcialmente o local para evitar entrada de pessoal por elas. Entretanto, o problema é que em algumas partes o muro tem acesso direto às janelas de residências ao lado, conforme mostrado na figura 9.

A fim de garantir a segurança das instalações, é fundamental corrigir esses problemas por meio de reparos necessários para o funcionamento adequado do portão menor ou sua desativação total, em caso de não ser mais necessário seu uso.

Além disso, a situação em questão oferece oportunidade de melhoria por meio da elevação de altura do muro ao redor da academia. Por meio dessa medida é possível reforçar a segurança do perímetro e dificultar a entrada de pessoas não autorizadas.

Em relação a circulação entre os locais livres e os locais restritos percebe-se que não existe uma diferenciação. Por exemplo, o corredor que está a cantina fica próximo ao corredor dos alojamentos, facilitando o acesso aos alojamentos, que são áreas restritas. O mesmo acontece com o acesso às áreas e instalações sigilosas.

A figura 10 apresenta a falta de sinalização e isolamento entre a cantina e o corredor dos alojamentos masculinos.

Figura 10 - Corredor entra cantina e alojamentos masculinos



Fonte: Elaborada pelo autor (2023)

A fim de solucionar esses problemas, podem ser utilizadas barreiras físicas como blocos e cones de concreto, elevação dos muros, uso de grades e alambrados, cercas elétricas, cancelas, catracas e divisórias, além de quaisquer outras ferramentas que deem o suporte necessário à segurança do quartel.

Outra ação a ser tomada visando a segurança das áreas, instalações e equipamentos, é possibilitar o funcionamento adequado dos equipamentos e estrutura de combate a incêndios. Isso porque caso ocorra um incêndio, esses ativos deverão ser protegidos.

O sistema de segurança contra incêndio engloba meios ativos e passivos e tem como objetivo garantir a evacuação segura dos ocupantes, minimizar danos a edificações adjacentes e à infraestrutura pública, além de proporcionar eficiência no combate a incêndios.

O sistema de segurança contra incêndio visa assegurar a proteção das pessoas e a preservação do patrimônio em situações de emergência relacionadas a incêndios (ALMEIDA, FRANZOLOSO, 2015).

A figura 11 mostra a situação de um dos abrigos de hidrantes. Percebe-se que o sistema de hidrantes não está em bom funcionamento, o que pode comprometer o tempo resposta a um incêndio nas instalações.

É válido destacar que o sistema hidrante desempenha um papel importante na ABMJM para o combate a incêndios. Além de ser uma instituição educacional voltada a formação e treinamento de militares, é necessário que ela esteja equipada com um sistema de hidrantes funcionais e eficientes.

O uso desse material na academia proporciona a oportunidade de treinar os cadetes em simulações e situações reais de incêndio, desenvolvendo suas habilidades e os preparando para atuar em situações mais complexas.

O bom funcionamento desse sistema melhora a segurança relacionada às ocorrências internas de incêndio em alguma área e instalação, que caso venham a acontecer, será possível atuar rapidamente utilizando-o.

Figura 11 - Abrigo de hidrante avariado



Fonte: Elaborada pelo autor (2023)

A figura 12 mostra a situação da guarita. Percebe-se que esta não possui visibilidade completa, o que dificulta a abrangência do ângulo de visão da sentinela. Segundo Brasil (2014b), as guaritas de vigilância devem proporcionar um campo de visão que proporcione a observação de áreas externas e internas do quartel.

Sendo assim, a instalação de uma tela de videomonitoramento na guarita das sentinelas da ABMJM representa uma oportunidade valiosa para aprimorar a segurança do local.

A partir desse sistema é possível fazer o acompanhamento em tempo real de locais não alcançados pela visão da sentinela, colaborando no controle de acesso e fornecendo evidências de quaisquer incidentes capturados pelas câmeras. Sendo assim, estas devem ser posicionadas de forma estratégica para dissuadir ações criminosas e permitir a visão de todo perímetro do local.

Figura 12 - Guarita de segurança



Fonte: Elaborada pelo autor (2023)

No contexto da segurança dos materiais, a ABMJM apresenta diversos locais relevantes, tais como a biblioteca, o diretório acadêmico e os almoxarifados operacional e do diretório acadêmico, que abrigam materiais sensíveis à organização.

Esses materiais são devidamente registrados por meio de uma relação exibida em uma folha fixada nas paredes internas de cada local. O Anexo 2 exemplifica um dos casos em que a listagem desses materiais é apresentada.

Adequada atenção deve ser direcionada às práticas relacionadas ao manuseio de materiais, incluindo a correta elaboração de cautelas. É essencial que o

adjunto ao oficial de dia esteja atento ao verificar as condições nas quais os materiais estão sendo cautelados, bem como as condições de devolução.

Segundo o Art. 81 do Regulamento Geral da ABMJM, o adjunto ao oficial é o auxiliar imediato do oficial de dia, cujo serviço tem duração de 24 horas. O inciso II aponta que esse militar “deve informar ao oficial de dia todas as alterações observadas relativas ao patrimônio e dependências do quartel” (MARANHÃO, 2022).

Segundo o Art. 93 desse mesmo regulamento, o B/4 é responsável pelo controle de materiais, equipamentos e móveis do quartel. Além disso, de acordo com o inciso I ele “atualizar mensalmente todas as listas de materiais, equipamentos e móveis, das dependências da ABMJM” (MARANHÃO, 2022).

Logo esses dois militares têm papel essencial no que diz respeito ao controle dos materiais, o primeiro com serviço de duração de 24 horas e outro, com serviço de duração de 1 mês.

O Art. 82 aponta que o comandante da guarda é o responsável pela segurança do quartel e por organizar os horários dos militares que estão de serviço de guarda, como permanências, sentinelas e plantão de alojamento além da confecção da ficha de controle de entrada e saída (MARANHÃO, 2022).

É fundamental observar as datas de entrega estabelecidas e estar ciente das penalidades decorrentes de devoluções tardias ou de danos aos materiais.

É pertinente ressaltar que a cautela é o instrumento formal que concede autorização ao militar para a utilização temporária de um material específico do quartel, a fim de desempenhar suas atribuições no âmbito da corporação, desde que devidamente assinada.

Nessa perspectiva, é incumbência do militar diligenciar pela utilização apropriada do material em questão. Por outro lado, o adjunto ao oficial de dia tem responsabilidade sobre a gestão integral dos materiais no quartel, englobando a concessão da cautela e o recebimento do material na data estabelecida para devolução.

Além disso, o adjunto deve estar em posse das chaves dos almoxarifados, com o propósito de prevenir que um indivíduo de má índole possa acessar a chave no claviculário e subtrair qualquer material.

Caso o oficial de dia ou chefe de socorro peça que o responsável, nesse caso, o adjunto, deixe a chave no claviculário, é importante que este se responsabilize pelos materiais, pois caso algo suma, primeiramente seria responsabilizado o adjunto. Ou

seja, cabe aos militares de serviço do dia manter a comunicação e zelar pela segurança do quartel.

Segundo o Art. 19 do Anexo Único da Resolução nº8 de 21 de setembro de 2010 do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul (Plano de Segurança Institucional):

A educação de segurança é o processo pelo qual são apresentadas aos servidores as normas e os procedimentos de segurança orgânica, sobre os cuidados quanto a documentos e assuntos sigilosos, segurança de pessoal, áreas, instalações, equipamentos e nas comunicações, com o objetivo de desenvolver e manter uma efetiva mentalidade de segurança, assim como de instruir o público interno para o seu fiel cumprimento (RIO GRANDE DO SUL, 2010).

Os principais materiais que podem ser cautelados presentes na ABMJM são: botas de combate a incêndio, roupas de aproximação, balaclava, luvas, dentre outros. Além disso existem materiais que devem estar restritos como, por exemplo, armamentos.

Ativos como computadores, modem de internet, livros de função, como livro de cadete de dia e livro do adjunto ao oficial de dia, não estão disponíveis para cautela por serem classificados como material sensível.

O anexo 1 mostra o modelo cautela de materiais utilizada na ABMJM. Nele é necessário preencher dados como a data em que o material está sendo cautelado, a data de entrega, a assinatura do militar e a descrição informando sobre as condições do material.

Logo, o bom funcionamento da proteção dos materiais se relaciona tanto ao cuidado pelo responsável do uso quanto pelo responsável por sua liberação.

Vale destacar que cada indivíduo que integra o sistema de segurança pública deve desenvolver a consciência sobre a importância da segurança institucional, bem como compreender como proceder diante de documentos sigilosos e qual comportamento adotar.

Isso se deve ao fato de que dentro da instituição militar existem documentos de caráter ostensivo e sigiloso, que variam desde ofícios até processos administrativos, como Formulário de Transgressão Disciplinar (FATD), Inquérito Policial Militar (IPM) e Conselho de Disciplina (CD).

Um estudo de situação foi conduzido para avaliar os aspectos relevantes da segurança orgânica na ABMJM, levando em conta sua realidade específica.

O estudo de situação considerou fatores como legislação existente, recursos presentes, áreas, ações a serem tomadas, ativos a serem considerados, vulnerabilidades existentes e fatores a serem considerados.

Os ativos responsáveis por colocar em prática os conhecimentos de segurança aplicado na ABMJM são os cadetes, os militares que tiram serviço de oficial de dia, os oficiais que trabalham no expediente da academia, o comando do quartel, as praças que trabalham com os bombeiros mirins, as praças que tiram serviço de permanência, os militares motoristas, os civis que exercem serviços terceirizados na manutenção dos equipamentos e pessoal da cantina.

As motivações associadas ao plano de segurança orgânica estão ligadas à realidade da violência presente no país e conseqüentemente também no Estado do Maranhão.

Tal fato é mostrado por meio do Atlas da Violência desenvolvido pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) que aponta que em 2019 houve 45.503 homicídios, correspondendo a uma taxa de 21,7 mortes por 100 mil habitantes. Além disso, o Maranhão apresenta taxa de homicídio de 24,1 mortes por 100 mil habitantes, sendo um pouco acima da média nacional (CERQUEIRA, 2021).

Por conta disso, observou-se a necessidade de implementar a contrainteligência na proteção dos ativos da ABMJM, dentro do contexto dos materiais, áreas e instalações.

Medeiros (2012) aponta que é necessário que os ativos tenham conhecimento do que se proteger, o que fazer diante de ameaças e quais medidas a serem tomadas. Isso é possível por meio de diretrizes, procedimentos e normas claras desenvolvidas por meio de avaliação real e objetiva.

Nesse viés, foram observadas diversas vulnerabilidades e ameaças já citadas ao longo do trabalho. Cada uma dessas vulnerabilidades possui riscos específicos associados a elas. Logo, é necessário trabalhar de maneira a sanar ou mitigar a maior quantidade delas.

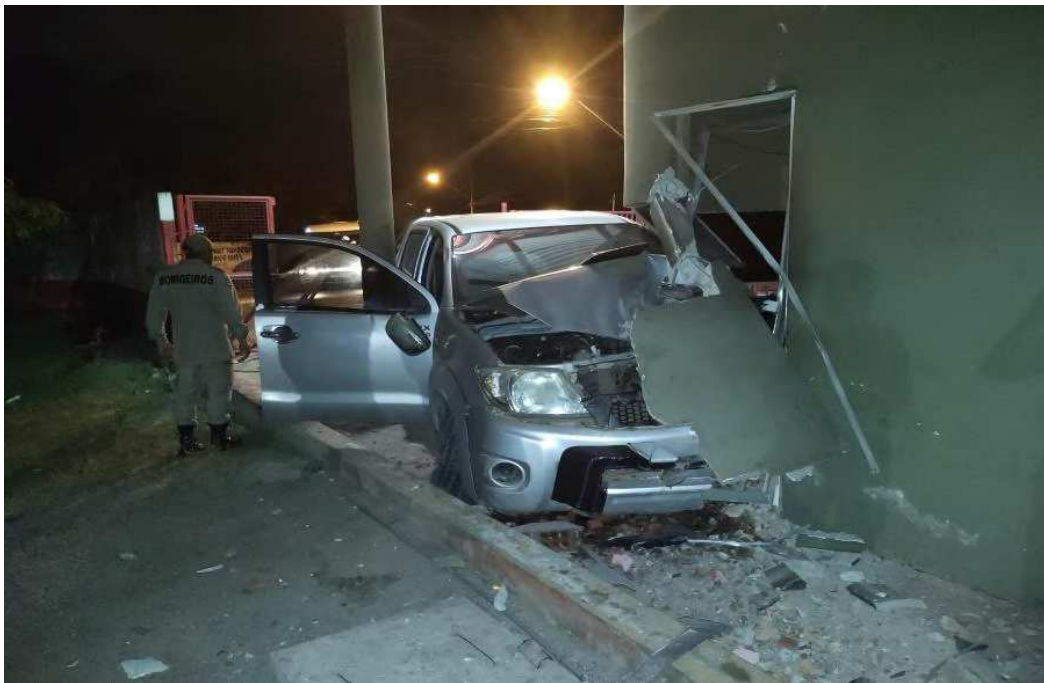
Foi realizado a identificação dos locais a serem protegidos, sendo assim, as áreas foram organizadas de acordo com os materiais nelas contidos. No almoxarifado operacional, por exemplo, existe uma lista de itens que ficam guardados no local. Nessa lista está o quantitativo do material, bem como sua identificação e o seu estado de conservação, além do nome do material e se está ou não avariado.

O anexo 2 mostra o documento que lista de materiais presentes no almoxarifado operacional. Essa organização facilita o controle dos materiais por parte do adjunto de dia e do B/4, que é o militar responsável pelo controle de materiais do mês. Tal documento pode ser revisto diariamente a fim de identificar se há extravio de algum material.

A partir do levantamento de ocorrências na ABMJM obtido pela consulta do livro do Adjunto ao Oficial de Dia, responsável por lançar no livro os acontecimentos ocorridos no quartel, foram observadas algumas situações de comprometimento da segurança interna.

No ano de 2022, um motorista em estado de embriaguez, perdeu o controle e bateu o carro no portão do quartel, invadindo o local e destruindo parte do portão e da guarita, conforme mostra a figura a seguir.

Figura 13 - Acidente na entrada da ABMJM



Fonte: Elaborada pelo autor (2023)

Foram levantados os potenciais danos para cada possível ação hostil que resultou a uma ação de contrainteligência aplicada no plano de segurança orgânica.

Diante dessas questões, é fundamental desenvolver medidas de segurança que sejam adequadas ao tipo de material ou dado que está sendo elaborado, tratado,

manuseado ou guardado. A proteção física, a fiscalização e o controle de acesso são ações indispensáveis para garantir a segurança das informações e do patrimônio.

A implementação de medidas de segurança, como proteção física, controle de acesso e manutenção preventiva das câmeras, juntamente com a colaboração com órgãos de segurança pública, são essenciais para garantir a integridade das informações e do patrimônio da ABMJM.

Um plano de segurança abrangente e estratégico, juntamente com políticas de controle de acesso fortalecidas, são necessários para enfrentar esses desafios.

A segurança dos locais também pode ser aprimorada por meio da colaboração com órgãos de segurança pública e a implementação de parcerias com empresas de segurança privada. Essa abordagem integrada permite o compartilhamento de informações, a troca de experiências e o acesso a recursos adicionais para o desenvolvimento da segurança orgânica.

6.2 Plano de Segurança Orgânica de Áreas, Instalações e Equipamentos na ABMJM

De acordo com Jorge (2018) o plano de segurança orgânica é um instrumento que contém uma série de diretrizes que orientam os procedimentos relevantes para a segurança orgânica. Esse documento fornece uma análise das principais vulnerabilidades identificadas em relação a aspectos como pessoal, documentos, materiais, áreas e instalações, entre outros.

Além disso, o plano de segurança orgânica também apresenta sugestões para o aprimoramento e fortalecimento das medidas de segurança.

O Plano de segurança orgânica objetiva salvaguardar os ativos que compõem a respectiva instituição. No caso aqui considerado, são as áreas, instalações e equipamentos.

Por meio da análise de riscos feita utilizando-se o conhecimento do ciclo PDCA, foram identificadas as principais vulnerabilidades, as quais foram listadas e organizadas de acordo com os fatores considerados no trabalho. Sendo assim, resultou em uma proposta de plano de segurança orgânica a ser trabalhado neste capítulo.

O aspecto principal a ser desenvolvido através do plano de segurança orgânicas dos materiais, áreas e instalações é criar a mentalidade de segurança orgânica entre os ativos.

De acordo com Wendt e Reschke (2023), ao abordar a segurança orgânica, é possível utilizar as vulnerabilidades identificadas como base para o desenvolvimento de um abrangente Plano de Segurança Orgânica, elaborado pela contrainteligência.

Essas vulnerabilidades podem ser tratadas de forma preventiva, através de ações de conscientização, visando um alcance mais amplo em relação ao número de policiais envolvidos.

Dessa maneira, foi elaborado um quadro situacional, constante no apêndice A, que traz informações norteadoras para o desenvolvimento do plano, apresentando as vulnerabilidades presentes e as ações para minimizar os riscos existentes.

É importante destacar que as vulnerabilidades apresentadas no apêndice A foram divididas em três colunas. A primeira apresenta as ações prejudiciais para a segurança, a segunda, aponta as principais motivações que podem levar o indivíduo a realizar aquela ação, e a terceira coluna, que mostra as principais deficiências que colaboram para o acontecimento daquela ação.

As ações apresentadas no quadro de situação foram organizadas em conjunto com ações suplementares, as quais se fundamentam nas baseadas nas doutrinas e legislações apresentadas durante o trabalho.

Com base nisso, a partir do estabelecimento das ações a serem estabelecidas, torna-se mais simples estabelecer o prazo para realização, em que local devem ser feitas, como devem ser feitas e as partes envolvidas para sua realização. Esses quesitos só podem ser praticados caso a autoridade competente decida implementar o plano.

Além disso, é imprescindível ressaltar que nem todos os possíveis danos, vulnerabilidades, ações e deficiências foram listados no quadro, haja vista que são situações subjetivas e não suscetíveis de serem precisamente elencadas em sua totalidade. Entretanto, a segurança orgânica está sempre em evolução, o que implica que cada um dos aspectos pode ser melhorado continuamente.

Segundo Beliato e Espuny (2022), a área de inteligência precisa estar continuamente sendo renovada, por conta dos acontecimentos que envolvem as interações dos profissionais, tanto no âmbito público quanto privado.

Dito isso, não se pode fixar as ações de inteligência e contrainteligência como verdades imutáveis. Na verdade, esses conhecimentos estão sempre evoluindo, de acordo com a entrada de novas tecnologias e da identificação de novas ameaças.

Dessa forma, novos riscos, danos e ações correspondentes podem ser observados ao longo do tempo a fim de desenvolver o processo de segurança interno.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho apresentou os conhecimentos relacionados à segurança institucional e propôs uma abordagem que possibilite a aplicação de um plano de segurança orgânico, com o intuito de aprimorar a eficiência da segurança orgânica dos materiais, áreas e instalações da ABMJM.

O Plano de Segurança Orgânica foi baseado nos princípios da contrainteligência e ciclo PDCA, utilizando estudo de caso, registro fotográfico e pesquisa bibliográfica para embasar a análise e a elaboração da proposta.

Por meio da análise da situação de segurança da ABMJM, foram identificadas vulnerabilidades em relação à proteção das áreas, instalações e materiais. Com base nas informações obtidas durante o trabalho, foi desenvolvido o plano que aborda diferentes aspectos relacionados à prevenção e combate a ameaças internas e externas.

O plano apresenta medidas como monitoramento por câmeras, controle de acesso, fortalecimentos das barreiras, gestão e controle de chaves, treinamento de pessoal.

A proposta do Plano de Segurança Orgânica elaborado no trabalho pretende contribuir para o aprimoramento de medidas de proteção em instituições militares semelhantes a ABMJM. Sendo assim, mesmo que as diretrizes e orientações tenham sido desenvolvidas para o contexto específico da academia, elas podem ser adaptadas a outras realidades.

Portanto, através da aplicação de ações projetadas para uma realidade específica, é possível fortalecer a capacidade de resposta e mitigação das vulnerabilidades, garantindo a integridade das áreas, instalações e equipamentos.

Vale ressaltar que o trabalho possui limitações. A proposta apresentada, foi baseada nas informações disponíveis no momento da pesquisa, sendo assim, eventuais mudanças nas regulamentações e instalações podem requisitar novos ajustes futuramente.

Dessa maneira, espera-se que esse trabalho contribua para o aperfeiçoamento da segurança orgânica em instituições militares, por meio de diretrizes e recomendações que possam ser adaptadas a outras realidades.

No contexto atual, em que a segurança e a proteção de ativos se tornaram prioridades cruciais, a implementação das medidas propostas neste estudo

proporcionará uma maior eficiência na preservação da segurança e no bem-estar da sociedade como um todo.

É fundamental que as organizações militares e instituições de segurança pública estejam preparadas para enfrentar os desafios atuais e futuros, e este estudo visa contribuir para essa preparação, fornecendo diretrizes e estratégias para uma segurança orgânica eficaz.

8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Aleska Kaufmann; FRANZOLOSO, Celia Regina Gonçalves. **Projetos de Proteção e Combate a Incêndio**: Segurança Como Requisito Fundamental. **UNICIÊNCIAS**, v. 19, n. 1, 2015.

ANDRADE, Rafael A. M. **Qualidade como fator estratégico: Abordagem da melhoria contínua e ciclo PDCA**. 2013. Trabalho de Conclusão de Curso - Fundação Eurípedes Soares da Rocha, São Paulo, 2013.

ANTUNES, Priscila C. B. **SNI & ABIN**: uma leitura da atuação dos serviços secretos brasileiros ao longo do século XX. Rio de Janeiro: FGV editora, 2001.

ABNT. NBR ISO/IEC 27002:2013. **Tecnologia da informação — Técnicas de segurança — Código de prática para controles de segurança da informação**. Associação Brasileira de Normas Técnicas. Rio de Janeiro. ABNT, 2013.

BELIATO, Araceli M.; ESPUNY, Herbert G. (org). **Inteligência e contrainteligência: reflexões e desafios na atualidade**. São Paulo: Mizuno, 2022.

BRANCO, André H. C.; SCHAUFFERT, Fred H.; LENTO, Luiz O. B. **Inteligência e Segurança Pública**. Palhoça: UnisulVirtual, 2014. Disponível em: <https://repositorio.animaeducacao.com.br/bitstream/ANIMA/21961/1/fulltext.pdf>. Acesso em: 28 mar. 2023.

BRASIL. Agência Brasileira de Inteligência. **Histórico**. ABIN, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/abin/pt-br/aceso-a-informacao/institucional/historico>. Acesso em: 20 mar. 2023.

BRASIL. **Decreto nº 3.695, de 21 de dezembro de 2000**. Cria o Subsistema de Inteligência de Segurança Pública, no âmbito do Sistema Brasileiro de Inteligência. Brasília, 2000.

BRASIL. **Decreto nº 4.376, de 13 de setembro de 2002**. Dispõe sobre a organização e o funcionamento do Sistema Brasileiro de Inteligência.

BRASIL. **Lei nº 9.883 de 07 de dezembro de 1999**. Institui o Sistema Brasileiro de Inteligência, cria a Agência Brasileira de Inteligência – ABIN. Brasília, 2000.

BRASIL. **Manual do Sistema Brasileiro de Inteligência**. Brasília: ABIN, 2014a.

BRASIL. Ministério da Defesa. Comando do Exército. Comando de Operações Terrestres. **EB70-MC-10.220 Manual de Campanha Contrainteligência**. Brasília, 2019a.

BRASIL. Ministério da Defesa. **Conselho de Defesa Nacional**. Brasília, DF: Ministério da Defesa, 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/gsi/pt-br/assuntos/conselho-de-defesa-nacional/conselho-de-defesa-nacional>. Acesso em: 07 mar. 2023.

BRASIL. Ministério da Defesa. Exército Brasileiro. Estado-Maior do Exército. **EB20-MT-02.001 Manual Técnico da Metodologia de Gestão de Riscos do Exército Brasileiro**. Brasília, 2019b.

BRASIL. Ministério da Defesa. **Manual de Inteligência**. Brasília, DF: Editora do Ministério da Defesa, 2016.

BRASIL. Presidência da República. Gabinete de Segurança Institucional. Agência Brasileira de Inteligência. ABIN. **Doutrina Nacional da Atividade de Inteligência: fundamentos doutrinários**. Brasília, 2016.

BRASIL. Presidência da República. Ministério da Justiça. Secretaria Nacional de Segurança Pública. **Doutrina Nacional de Inteligência de Segurança Pública – DNISP**. – 4. ed. rev. e atual. – Brasília: Secretaria Nacional de Segurança Pública, 2014a.

BRASIL. Procuradoria Geral da República. **Unidade de Segurança Institucional. Segurança institucional: política e plano**. Brasília: Ministério Público Federal, 2014b.

BRASIL. Secretaria Nacional de Segurança Pública. **Curso de Introdução à Atividade de Inteligência**. Brasília, DF: SENASP, 2019c.

BRITES, Rodrigo Almeida. A contrainteligência como indutora da segurança orgânica das unidades do Exército Brasileiro. **A Lucerna**, Brasília, Edição Comemorativa, p. 16-23, 2019.

CAMPOS, Vicente Falconi. **Gerenciamento da rotina do trabalho do dia-a-dia**. Nova Lima: INDG Tecnologia e Serviços Ltda., 2004.

CASTRO, Clarindo A. D. C.; FILHO, Edson B. R. **Inteligência de Segurança Pública - Um Xeque-mate na Criminalidade**. Curitiba: Juruá editora, 2009.

CERQUEIRA, D. et al. **Atlas da Violência 2021**. Brasília: Ipea; IJSN; FBSP, 2021. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/arquivos/artigos/5141-atlasdaviolencia2021completo.pdf>. Acesso em: 30 mai. 2023.

CRUZ, Juliana Cristina. **A Atividade de Inteligência de Segurança Pública para o Fortalecimento da Cidadania**. 2013. Trabalho de conclusão de Curso – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2013. Disponível em: <https://www2.mppa.mp.br/sistemas/gcsubsites/upload/60/a%20atividade%20de%20ntelig%C3%83%C2%AAncia%20no%20mundo%20atual.pdf>. Acesso em 30 mai. 2023.

DUMONT, Danilo M; RIBEIRO, José A.; RODRIGUES, Luiz A. **Inteligência Pública na Era do Conhecimento**. Rio de Janeiro: Revan, 2006.

EDUARDO, Fonte. **Segurança da informação: o usuário faz a diferença**. São Paulo: Saraiva, 2006.

GONÇALVES, Joannisval B. **Brasil, Serviços Secretos e Relações Internacionais: Conhecendo um Pouco mais Sobre o Grande Jogo**. In: Moraes, Rodrigo; Silva Filho, Edison. (Org.). Defesa Nacional para o Século XXI: Política Internacional, Estratégia e Tecnologia Militar. 1ed. Rio de Janeiro: IPEA, 2012, v., p. 295-316.

JORGE, Higor V. N. **Investigação Criminal Tecnológica Volume 2**: contém informações sobre inteligência policial, drones e recursos tecnológicos aplicados na investigação. Brasport, 2018.

LARES, Vitor. Repensando comportamentos: reflexões sobre planejamento e direção do ciclo de inteligência. **Revista Brasileira de Inteligência**, Brasília: ABIN, n.8, p. 69-79, set.2003.

MARANHÃO. Regulamento Geral da ABMJM. São Luís: Academia de Bombeiros Militar Josué Montello, 2022.

MEDEIROS, Francisco J. F. D. **A atividade de inteligência no mundo atual**. 2012.

PACHECO, Ana; *at al.* **O ciclo PDCA na gestão do conhecimento: uma abordagem sistêmica**. Isssbrasil, 2012. Disponível em: <http://issbrasil.usp.br/artigos/ana.pdf>. Acesso em 12 maio de 2023.

RIBEIRO, Marcelo. **Planejamento de desenvolvimento de segurança orgânica: uma proposta para as unidades do CBMMA**. Animaeducação, 2019. Disponível em: <https://repositorio.animaeducacao.com.br/handle/ANIMA/11861>. Acesso em 12 maio de 2023.

RIO GRANDE DO SUL. RESOLUÇÃO Nº 08 de 24 de setembro de 2010. **Plano de Segurança Institucional do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre, 2010.

SILVA, Iracema. **Atividade de Inteligência: novos paradigmas para a Polícia Judiciária**. Editora Dialética, 2021.

SOUZA, Ana. **Ameaças contemporâneas e a atividade de inteligência**. Brasília: 2017.

WENDT, Emerson; RESCHKE, Cristiano D. C. **Tratado de Inteligência Aplicada à Investigação Criminal**. Rio de Janeiro: Brasport, 2023.

ANEXOS

ANEXO 1 – MODELO DE CAUTELA DE MATERIAS - ABMJM



ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA
CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO MARANHÃO
DIRETORIA DE ENSINO E PESQUISA
ACADEMIA DE BOMBEIROS MILITAR "JOSUÉ MONTELLO"



CAUTELA

Eu, Cad BM/2 000 Xxxxxxxx, declaro para os devidos fins que cautelei os seguintes materiais para a instrução de ETCI, no dia 00 de maio de 2023.

| ORD | QTD | DESCRIÇÃO |
|-----|-----|---------------|
| 1 | 1 | Lona branca |
| 2 | 1 | Fita zebraada |
| | | |
| | | |
| | | |

Data da cautela: ___/___/___

Data da devolução: ___/___/___

Quartel em São Luís – MA, 00 de maio de 2023.

Xxxxxxx Pedro Cruz – Cad BM/2 000



ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA
CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO MARANHÃO
DIRETORIA DE ENSINO E PESQUISA
ACADEMIA DE BOMBEIROS MILITAR "JOSUÉ MONTELLO"



CAUTELA

Eu, Cad BM/2 000 Xxxxxxxx, declaro para os devidos fins que cautelei os seguintes materiais para a instrução de ETCI, no dia 00 de maio de 2023.

| ORD | QTD | DESCRIÇÃO |
|-----|-----|---------------|
| 1 | 1 | Lona branca |
| 2 | 1 | Fita zebraada |
| | | |
| | | |
| | | |

Data da cautela: ___/___/___

Data da devolução: ___/___/___

Quartel em São Luís – MA, 00 de maio de 2023.

Xxxxxxx Pedro Cruz – Cad BM/2 000

ANEXO 2 – LISTAGEM DE MATERIAIS DO ALMOXARIFADO - ABMJM



ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO MARANHÃO
DIRETORIA DE ENSINO E PESQUISA
ACADEMIA DE BOMBEIROS MILITAR “JOSUÉ MONTELLO”
INVENTÁRIO DE BENS MÓVEIS DISPONÍVEIS NO
ALMOXARIFADO OPERACIONAL



| QUANTIDADE | DISCRIMINAÇÃO |
|------------|--|
| 5 | ABAFADOR (1 AVARIADO) |
| 2 | BARRACAS (2 CONEXÕES AVARIADAS) |
| 62 | HASTE DE METAL DE BARRACA |
| 2 | ENXADA (AVARIADAS) |
| 1 | BOMBA COSTAL (SEM MANGUEIRA) E SEM UMA TAMPA |
| 1 | BONECO DE SALVAMENTO AQUÁTICO |
| 1 | CABIDEIRO (AVARIADO-QUEBRADO) |
| 31 | CALÇA DE APROXIMAÇÃO (18 AVARIADAS) |
| 24 | CAPA DE APROXIMAÇÃO (11 AVARIADAS) |
| 13 | CAPACETE DE COMBATE A INCÊNDIO (3 AVARIADOS) |
| 1 | CHAVE TIPO “T” |
| 7 | CILINDRO |
| 1 | CORTA FRIO |
| 1 | DIVISOR |
| 2 | BALDE (2 AVARIADOS) |
| 1 | PONTEIRO DE AÇO |
| 2 | BOTE |
| 1 | MARRETA |

APÊNDICES

APÊNDICE A – QUADRO SITUACIONAL

| Informações norteadoras do Plano de Segurança Orgânica de áreas, instalações e materiais da ABMJM | | | |
|---|---|---|--|
| Vulnerabilidades | | | Ações para minimizar riscos |
| Ações | Motivações | Deficiências | |
| Ação de obtenção de informações sensíveis ou furto de material, dados pessoais. | <p>Obter vantagem financeira.</p> <p>Associação com o Crime organizado.</p> <p>Represália à ação de superior.</p> <p>Interesse pessoal</p> | <p>Falta de demarcação ou isolamento de áreas restritas.</p> <p>Monitoramento dos locais insuficiente.</p> | <p>Definir e demarcar claramente as áreas restritas e de acesso controlado na academia;</p> <p>Utilizar sensores de movimento para detectar atividades suspeitas durante a noite em áreas restritas e áreas de difícil monitoramento;</p> |
| Uso inadequado de EPI's | <p>Despreocupação com o equipamento</p> <p>Dano intencional ao material</p> | <p>Não há determinação para verificação periódica do estado dos EPI's</p> | <p>Utilizar equipamentos de proteção individual durante o manuseio de materiais perigosos;</p> <p>Utilizar equipamentos de proteção individual em atividades de risco;</p> |
| Ação de invasão ao quartel pelo muro | <p>Obter vantagem financeira.</p> <p>Associação com o Crime organizado.</p> <p>Represália à ação de superior.</p> <p>Interesse particular.</p> <p>Destruir algum documento ou material específico</p> | <p>O muro baixo facilita a entrada de invasores</p> <p>Muro sem cerca elétrica</p> <p>Muro com acesso a janelas, quintais e casa vizinhas.</p> | <p>Verificar regularmente a integridade dos muros e cercas que delimitam a o perímetro da academia;</p> <p>Construir e elevar muros que possuam altura suficiente para dificultar a entrada de invasores, se possível, devem possuir cerca elétrica;</p> |
| Ação de invadir o quartel pelo portão principal | <p>Roubo do Armamento da sentinela</p> <p>Invasão ao quartel e dano aos ativos.</p> | <p>Facilita a entrada de invasores por diminuir o tempo resposta da sentinela.</p> <p>Inexistência de portão eletrônico.</p> <p>Abertura do portão de abertura manual</p> | <p>Desenvolver uma placa de aviso sobre as ações que devem ser realizar pelo indivíduo que esteja no portão para adentrar o quartel, como baixar o vidro e ligar a luz interna.</p> <p>Substituir o portão de abertura manual por automático para diminuir</p> |

| | | | |
|--|---|--|---|
| | | pela sentinela e difícil identificação de entrada | o risco para a sentinela em qualquer aproximação. |
| Ação de adentrar o corredor dos alojamentos para acessar os alojamentos | Facilitar o furto/roubo de material Facilitar um incêndio criminoso | Falta de identificação dos corredores dos alojamentos masculino e feminino | Definir e demarcar claramente as áreas restritas e de acesso controlado na academia Identificar alojamentos adequadamente. |
| Ação de troca do material bom por um avariado Ação de furto de equipamentos Ação de entregar equipamentos com avaria | Obter vantagem financeira Interesse particular Negligência com o material | Dano ao material por não estar sendo informado seu estado na cautela Falta de especificação do estado do material cautelado | O adjunto deve registrar a saída de qualquer material mediante cautela que forneça informações de data de cautela, horário, data de entrega, estado do material cautelado e sua identificação específica; |
| Ação de entrar na torre, subir e cometer suicídio, Ação de causar destruição às janelas ou outros itens presentes na torre. | Cometer suicídio Interesse pessoal Furto de material | Inexistência de isolamento da torre de treinamento Inexistência de chaves para trancamento das portas Não existe identificação específica para as pessoas que têm acesso às áreas sensíveis. | Isolar a torre para que seja acessada apenas por pessoal autorizado em instruções. |
| Acesso de pessoas não autorizadas à área da caixa d'água e poço | Interesse pessoal | Inexistência de isolamento da caixa d'água e do poço | Isolar a caixa d'água e poço de treinamento para que sejam acessadas apenas por pessoal autorizado em instruções. |
| Destruição da entrada principal por agentes naturais ou invasores. | Interesse pessoal Ação da natureza | Falta de manutenção no teto da entrada do quartel | Fazer reparo imediato no local a fim de evitar acidentes. |
| Acesso às chaves por pessoas que não estão responsáveis pelos materiais | Obter vantagem financeira. Represália à ação de superior. | Pouco controle sobre a utilização das chaves Deficiência na designação de | Controlar o acesso das chaves, as quais devem estar em posse de pessoal autorizado. |

| | | | |
|---|--|---|--|
| | <p>Interesse particular.</p> <p>Associação com o crime organizado</p> | <p>responsável pelas chaves</p> | |
| <p>Ação de pegar materiais sem a autorização adequada e sem comunicar o responsável pelos materiais do quartel.</p> | <p>Encobrir perda de materiais</p> <p>Interesse pessoal</p> <p>Troca de materiais bons por materiais avariados</p> <p>Furto de materiais</p> | <p>Perda e dano aos materiais ou furto de materiais</p> <p>Falta de comunicação ao pegar materiais para realizar instruções, tanto em relação aos cadetes quando para os bombeiros mirins</p> <p>Não há o controle de quem pega as chaves, o horário e qual o objetivo.</p> | <p>Comunicar ao militar responsável toda necessidade de uso de materiais, que poderá ser liberada após a correta realização da cautela</p> <p>Preencher folha de controle de chaves informando quem pegou, qual chave pegou, o horário de obtenção e horário de entrega.</p> |
| <p>Entrada de invasores por ponto-cego da sentinela</p> | <p>Associação com o crime organizado</p> <p>Roubo de materiais</p> <p>Roubo de armamentos</p> <p>Violência contra ativos</p> | <p>Perda de visão de possíveis invasores ao quartel.</p> <p>Para acionar a sirene de ocorrência é necessário ficar constantemente pressionado o interruptor, além disso o interruptor ficar atrás da porta, fazendo com que a sentinela tire a vista do portão para acionar a sirene.</p> | <p>Substituir o interruptor da sirene por outro que possibilite o acionamento direto</p> <p>Instalar o interruptor de sirene em local acessível para a sentinela</p> |
| <p>Furto de materiais sensíveis no almoxarifado</p> <p>Furto de documentos e informações sigilosas</p> | <p>Obter vantagem financeira.</p> <p>Represália à ação de superior.</p> <p>Interesse particular.</p> | <p>Falta da verificação dos materiais no final do dia</p> <p>Acesso fácil ao almoxarifado por militares</p> | <p>Realizar testes periódicos nos materiais para verificar sua integridade e segurança.</p> <p>Informar imediatamente ao chefe imediato sobre quaisquer alterações relacionadas ao material</p> |
| <p>Furto ou destruição de materiais em locais não monitorados ou</p> | <p>Obter vantagem financeira.</p> | <p>Câmeras com defeitos e não funcionais</p> | <p>Realizar manutenção periódica das instalações de câmeras existentes.</p> |

| | | | |
|---|--|--|---|
| <p>entrada de agente mau intencionado.</p> <p>Violência contra ativos</p> | <p>Represália à ação de superior.</p> <p>Interesse particular.</p> <p>Vingança</p> | | |
| <p>Furto ou destruição de materiais em locais não monitorados ou entrada de agente mal intencionado</p> | <p>Obter vantagem financeira.</p> <p>Represália à ação de superior.</p> <p>Interesse particular.</p> <p>Vingança</p> | <p>Falta de monitoramento de áreas próximas aos muros e instalações restritas</p> | <p>Instalar câmeras de segurança em áreas comuns e pontos estratégicos, como estacionamentos, entradas e corredores;</p> |
| <p>Entrada de agente mal intencionado em local monitoramento de sentinela</p> <p>Furto ou destruição de materiais em locais não monitorados ou entrada de agente mau intencionado</p> | <p>Obter vantagem financeira.</p> <p>Represália à ação de superior.</p> <p>Interesse particular.</p> <p>Vingança</p> | <p>Falta de acesso a tela de monitoramento das áreas pelas sentinelas ou permanência</p> | <p>Instalar monitor de acompanhamento das áreas e instalações por câmeras pelas sentinelas e permanência.</p> |
| <p>Acessar e danificar quadro de energia elétrica acidentalmente ou propositalmente.</p> | <p>Represália à ação de superior.</p> <p>Interesse particular.</p> <p>Vingança</p> <p>Associação com o Crime organizado.</p> | <p>Quadro de energia avariado e com pouca proteção.</p> <p>Ausência de restrição dos quadros de energia</p> | <p>Garantir que os cabeamentos de energia e internet estejam devidamente protegidas e o quadro de energia esteja em local de fácil acesso</p> |
| <p>Dano ao local pela entrada de chuvas, animais e até pessoas não autorizadas que podem furtar materiais ou se acidentar</p> | <p>Ações da natureza</p> <p>Interesse pessoal</p> <p>Roubo/ furto de material</p> | <p>Entrada da base da torre sem porta</p> | <p>Isolar a torre para que seja acessada apenas por pessoal autorizado em instruções.</p> |
| <p>Ação de incendiar acidentalmente ou propositalmente áreas do quartel</p> <p>Incêndio causado por falha elétrica</p> | <p>Represália à ação de superior.</p> <p>Interesse particular.</p> <p>Falha elétrica</p> | <p>Pouco poder de resposta em caso de incêndio interno por falta de equipamentos de combate a incêndio adequados</p> | <p>Instalar e verificar condições de equipamentos de segurança, como extintores de incêndio, por exemplo, e manutenção preventiva;</p> |

| | | | |
|--|---|--|---|
| | Perda ou destruição de materiais | Falta de extintores e mangueiras com esguicho no abrigo de hidrantes | |
| Ação de tocar fiação exposta Corte intencional da fiação | Interesse particular Ação acidental | Choque elétrico e falta de energia no quartel. Fiação de energia exposta Falha no isolamento da fiação | Garantir que os cabeamentos de energia e internet estejam devidamente protegidos e o quadro de energia esteja em local de fácil acesso |
| Ação de utilizar a piscina (risco de afogamento) | Interesse particular | Pouca comunicação entre o oficial de dia e o serviço no compartilhamento de informações relacionados ao uso da piscina por pessoal externo a academia. | Estabelecer comunicação clara entre todos os envolvidos no serviço a fim de ter conhecimento de todos os visitantes que estão adentrando o quartel no respectivo dia. |
| Entrada de invasores pelo portão principal, facilitado por falta de cancela. | Interesse particular. Associação com o Crime organizado. | Cancela quebrada, prejudicando a sentinela que precisa se aproximar para verificar a entrada de pessoal. | Instalar cancela elétrica para diminuir o risco para a sentinela em qualquer aproximação. |
| Ação de Estacionar em lugares reservados para o comando ou viaturas | Furto de material. Interesse pessoal. Destruição de material. | Falta de identificação dos estacionamentos | Demarcar de forma clara todos os estacionamentos, estabelecendo qual está reservado para o público interno e qual está reservado para visitantes. |
| Invasão do local por agente mal intencionado. | Furto de material. Interesse pessoal. Destruição de material. Roubo de armamento | Falta de cerca elétrica nos muros Entrada facilitada por falta de cerca elétrica | Construir e elevar muros que possuam altura suficiente para dificultar a entrada de invasores, se possível, devem possuir cerca elétrica; |
| Invasão do local por agente mal intencionado | Furto de material. Interesse pessoal. | Portão avariado no muro da academia. | Substituir portão pequeno do muro lateral por parede, já que o |

| | | | |
|---|---|---|---|
| Arrombamento de portão | Destruição de material. Roubo de armamento | Falta de monitoramento da área | portão em questão é inutilizado |
| Entrada de pessoal não autorizado nas dependências do quartel (sobre o pretexto de realizar manutenção) | Furto de material. Interesse pessoal. Destruição de material. | Falta de cadastro e controle de pessoal terceirizado. | Cadastrar pessoal de serviço terceirizado informando nome, cpf, endereço e quantidade de pessoas da manutenção. |
| Entrada em local não autorizado por pessoal de manutenção | Furto de material. Interesse pessoal. Destruição de material. Roubo de armamento | Falta de acompanhamento de manutenção do pessoal terceirizado | O militar designado que esteja de serviço deve acompanhar a equipe de manutenção durante sua presença no quartel. |
| Ação de causar dano em material de difícil reposição. | Furto de material. Interesse pessoal. Destruição de material. | Falta de cuidado no manuseio do material carga | Realizar orientações para membros, servidores, prestadores de serviço, a respeito de medidas de segurança a serem desenvolvidas em relação a cada material. |
| Invadir local de armazenamento de armamentos da Academia. | Furto de material. Interesse pessoal. Destruição de material. Associação com o crime organizado. | Nível de segurança do armazenamento de armamentos baixo | Armazenar com cuidado adicional materiais sensíveis e de alto custo como armamentos e equipamentos respiratórios |

Fonte: Elaborada pelo autor (2023)

APÊNDICE B – PLANO DE SEGURANÇA ORGÂNICA

**ACADEMIA DE BOMBEIROS
MILITAR "JOSUÉ MONTELLO"**

**PLANO DE SEGURANÇA
ORGÂNICA DE ÁREAS,
INSTALAÇÕES E
MATERIAIS**

2023

SUMÁRIO

01**Objetivo****02****Ciclo PDCA****03****Etapas do planejamento****04****Medidas de segurança gerais****05****Segurança dos materiais****06****Segurança das áreas e instalações****07****Conclusão****08****Referências**



ACADEMIA DE BOMBEIROS MILITAR "JOSUÉ MONTELLO"

OBJETIVO

O propósito deste plano consiste em assegurar a proteção dos recursos materiais, áreas e instalações da organização por meio da adoção de medidas de segurança orgânica, em plena consonância com os preceitos estabelecidos na Doutrina Nacional de Inteligência e Segurança Institucional - Política e Plano, conforme diretrizes do Ministério Público Federal.

CICLO PDCA

- A criação de um plano de segurança orgânica para a Academia de Bombeiros Militar, focado na segurança de materiais, áreas e instalações, foi elaborada utilizando o método PDCA (Plan, Do, Check, Act).
- O primeiro passo é o "Plan" planejamento. Nessa etapa foram identificados os riscos e as vulnerabilidades das áreas, instalações e materiais da academia, bem como os possíveis impactos que podem ocorrer em caso de incidentes de segurança.
- A partir da análise de risco, foram definidas as ações preventivas e corretivas que serão implementadas para minimizar os riscos e garantir a segurança do local.
- O segundo passo foi o "Do", voltado para colocar em prática as ações definidas. Nessa fase, foram tomadas as medidas prioritárias para colocar em prática o plano de segurança, como a colocação de placas, implantação de um sistema de controle de acesso mais restrito através de ações de identificação de entrada, dentre outras ações.



ACADEMIA DE BOMBEIROS MILITAR "JOSUÉ MONTELLO"

CICLO PDCA

- O terceiro passo é o "Check", ou seja, a verificação do desempenho do plano de segurança orgânica implementado. A avaliação deverá ser realizada posteriormente para verificação da eficácia das medidas de segurança, a fim de identificar possíveis falhas e fazer as correções necessárias.
- O último passo do PDCA é o "Act", ou ação corretiva. A partir das avaliações realizadas anteriormente será possível identificar alguns pontos de melhoria. Sendo assim, devem ser tomadas medidas periódicas para corrigir falhas e melhorar o plano de segurança orgânica, devendo ser aprimorado e atualizado de acordo com as necessidades da ABMJM.
- Dessa maneira, o Ciclo PDCA possibilita a elaboração de um plano de segurança orgânica a partir de uma gestão eficiente dos riscos e das vulnerabilidades, e assim garantir a proteção do patrimônio e das pessoas da ABMJM.





ETAPAS DO PLANEJAMENTO

ANÁLISE DE AMEAÇAS

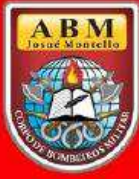
A primeira etapa consiste em identificar as ameaças existentes que podem afetar a segurança da instituição. Para isso, será realizada uma avaliação de riscos que levará em consideração fatores como localização, tipo de instalação, acesso de pessoas e materiais, entre outros.

DEFINIÇÃO DE MEDIDAS DE SEGURANÇA ORGÂNICA

Com base na análise de ameaças, serão definidas as medidas de segurança orgânica a serem adotadas. Estas podem incluir desde medidas físicas como instalação de cercas, iluminação adequada e controle de acesso, até medidas administrativas como treinamento de pessoal, implementação de protocolos de segurança e realização de campanhas de conscientização.

IMPLEMENTAÇÃO DE MEDIDAS DE SEGURANÇA ORGÂNICA

Com as medidas de segurança orgânica definidas, será realizada a implementação de cada uma delas, levando em consideração a sua prioridade e impacto na segurança da instituição. Esta etapa inclui a aquisição e instalação de equipamentos de segurança, treinamento de pessoal e criação de procedimentos operacionais padrão.



ETAPAS DO PLANEJAMENTO

MONITORAMENTO E ATUALIZAÇÃO DO PLANO

O plano de segurança orgânica deve ser constantemente monitorado e atualizado para garantir que continue a atender as necessidades da instituição. Isso inclui a realização de revisões periódicas, avaliações de risco atualizadas e implementação de novas medidas de segurança orgânica conforme necessário.

CONCLUSÃO

A implementação de um plano de segurança orgânica é essencial para garantir a segurança dos materiais, áreas e instalações da instituição. Com a adoção de medidas adequadas de segurança orgânica, é possível minimizar as ameaças existentes e proteger a instituição contra potenciais ataques.



MEDIDAS DE SEGURANÇA GERAIS

CONTROLE DE ACESSO

Estabelecer um controle de acesso rigoroso para todas as áreas da academia, incluindo a entrada de pessoas, veículos, materiais e equipamentos. Isso pode ser feito por meio de identificação, autenticação e registro de todos que acessam as instalações. Portões e cercas de segurança também podem ser instalados para reforçar a proteção.

MONITORAMENTO

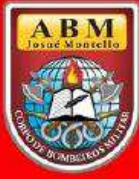
Instalar e melhorar sistemas de monitoramento por câmeras de segurança em áreas estratégicas, como entradas, estacionamentos, corredores, salas de aula e prédios. O monitoramento pode ser realizado por meio de um centro de controle ou por um sistema de vigilância remota.

ALARMES E SENSORES

Instalar alarmes e sensores de movimento em áreas críticas, como portas, janelas, armários e salas de armazenamento. Isso ajudará a detectar e notificar a presença de intrusos ou atividades suspeitas.

SEGURANÇA FÍSICA

A instalação de equipamentos de segurança física, como fechaduras resistentes, portas de segurança, grades, portões e barreiras, ajudará a impedir a entrada de pessoas não autorizadas.



MEDIDAS DE SEGURANÇA GERAIS

ARMAZENAMENTO SEGURO

Os materiais e equipamentos sensíveis devem ser armazenados em locais seguros, como cofres, armários com chave ou salas com controle de acesso. Isso ajudará a garantir a proteção contra roubo ou acesso não autorizado.

TREINAMENTO E CONSCIENTIZAÇÃO

Os militares, colaboradores e os demais componentes da instituição, devem receber treinamento em segurança orgânica e conscientização sobre a importância da segurança. Eles devem ser incentivados a relatar quaisquer atividades suspeitas ou comportamentos estranhos.

PLANO DE CONTIGÊNCIA

Deve ser estabelecido um plano de contingência para situações de emergência, como incêndios, desastres naturais ou ameaças à segurança. O plano deve incluir medidas de evacuação, salvamento, primeiros socorros e comunicação em caso de emergência.

VERIFICAÇÃO DE ANTECEDENTES

Realizar verificações de antecedentes e análise de riscos para todas as pessoas que ingressam na academia, incluindo militares, professores, pessoal terceirizado e demais civis. Isso ajudará a garantir a segurança de todos na academia.



SEGURANÇA DOS MATERIAIS

1. Controlar o acesso às áreas de armazenamento de materiais sensíveis.
2. Registrar a entrada e saída de materiais sensíveis, bem como das pessoas que têm acesso a eles.
3. Armazenar materiais inflamáveis em local apropriado, com ventilação adequada e longe de fontes de calor.
4. Inspeções regulares para garantir que os materiais estejam armazenados corretamente e em boas condições.
5. Treinar os militares sobre as medidas de segurança relacionadas ao manuseio de materiais.
6. Utilizar equipamentos de proteção individual durante o manuseio de materiais perigosos.
7. Utilizar equipamentos de proteção individual em atividades de risco.
8. Instalar e verificar condições de equipamentos de segurança, como extintores de incêndio, por exemplo, e manutenção preventiva.
9. Armazenar materiais valiosos em cofres ou armários com fechaduras seguras.
10. Utilizar câmeras de segurança para monitorar as áreas de armazenamento.
11. Restringir acesso a materiais sensíveis apenas a pessoas autorizadas.



SEGURANÇA DOS MATERIAIS

12. Elaborar um plano de contingência para lidar com situações de emergência envolvendo materiais perigosos.
13. Realizar testes periódicos nos materiais para verificar sua integridade e segurança.
14. Realizar orientações para membros, servidores, prestadores de serviço, a respeito de medidas de segurança a serem desenvolvidas em relação a cada material.
15. Adotar medidas de segurança adicionais para os materiais sensíveis em trânsito para sua proteção como escolta e criptografia, a depender do grau de sensibilidade daquele material.
16. O adjunto deve registrar a saída de qualquer material mediante cautela que forneça informações de data de cautela, horário, data de entrega, estado do material cautelado e sua identificação específica.
17. Informar imediatamente ao chefe imediato sobre quaisquer alterações relacionadas ao material.
18. Armazenar com cuidado adicional materiais sensíveis e de alto custo como armamentos e equipamentos respiratórios.
19. Agendar as manutenções preventivas de materiais e equipamentos necessários para o bom andamento do serviço.



SEGURANÇA DOS MATERIAIS

20. O comando da ABMJM poderá estabelecer normas de controle e armazenamento de material.
21. Fazer reparo imediato no local a fim de evitar acidentes.
22. Controlar o acesso das chaves, as quais devem estar em posse de pessoal autorizado.
23. Instalar monitor de acompanhamento das áreas e instalações por câmeras pelas sentinelas e permanência.
24. Comunicar ao militar responsável toda necessidade de uso de materiais, que poderá ser liberada após a correta realização da cautela.
25. Preencher folha de controle de chaves informando quem pegou, qual chave pegou, o horário de obtenção e horário de entrega.



ACADEMIA DE BOMBEIROS MILITAR "JOSUÉ MONTELLO"

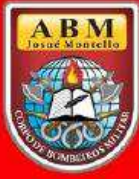
SEGURANÇA DAS ÁREAS E INSTALAÇÕES

1. Manter os portões de acesso à academia fechados e protegidos pelas sentinelas e/ou permanência.
2. Verificar regularmente a integridade dos muros e cercas que delimitam o perímetro da academia.
3. Construir e elevar muros que possuam altura suficiente para dificultar a entrada de invasores. Se possível, devem possuir cerca elétrica.
4. Instalar e manter o funcionamento de barreiras físicas para impedir a entrada de indivíduos não autorizados às instalações.
5. Desenvolver barreiras físicas de diversas formas, de acordo com a necessidade, desde que atinjam o objetivo para que foram feitas.
6. Instalar barreiras de acordo com o nível de risco do local, constituindo-se linhas de proteção.
7. Adaptar a guarita de vigilância de maneira que possibilite a visão da área interna e externa da ABMJM, tanto de dia quanto de noite.
8. Colocar no prédio principal o controle de acesso de pessoal visitante e dos militares que estejam na folga.
9. Implantar portões ou portas de acesso nos locais de entrada, se possível com sistema de chaveamento, para melhorar o controle de entrada e saída.



SEGURANÇA DAS ÁREAS E INSTALAÇÕES

10. Instalar iluminação adequada para os locais externos como pátio e estacionamentos, de maneira que facilite o monitoramento.
11. Possibilitar que os muros e cercas estejam sem livres de vegetação próxima, que venha a impedir a observação dos militares responsáveis pela segurança.
12. Garantir que os cabeios de energia e internet estejam devidamente protegidas e o quadro de energia esteja em local de fácil acesso.
13. Possibilitar que as salas que que trabalhem com informação sigilosa, que pela sua sensibilidade mereçam maior grau de sigilo, possuam isolamento acústico.
14. Desenvolver proteção de grades adequadas para os ar-condicionados, a fim de evitar acesso indevido.
15. Garantir que os locais destinados a circulação do público externo, como cantina, corredores principais, salas de aula, banheiro externo, estejam dispostos de forma a evitar a entrada de visitantes em áreas sensíveis.
16. Organizar as mesas das salas que tratam sobre assuntos sigilosos de forma a evitar a visualização de conteúdo por outra pessoa através de janelas.



SEGURANÇA DAS ÁREAS E INSTALAÇÕES

17. Possibilitar que as salas que possuem materiais sensíveis como armamentos e equipamentos de alto custo, tenham proteção redobrada como lajes, grades nas janelas, portas e chave com fechadura.
18. Controlar o acesso às instalações com cartões de identificação, registros de visitantes e autorizações prévias.
19. Implementar medidas de proteção contra incêndios como alarmes e extintores.
20. Instalar câmeras de segurança em áreas comuns e pontos estratégicos, como estacionamentos, entradas e corredores.
21. Realizar inspeções periódicas para identificar possíveis falhas na segurança, como portas quebradas, fechaduras defeituosas e janelas danificadas.
22. Utilizar sensores de movimento para detectar atividades suspeitas durante a noite em áreas restritas e áreas de difícil monitoramento.
23. Assegurar que as escadas, corredores e saídas de emergência estejam sempre desobstruídas e livres de obstáculos.
24. Definir e demarcar claramente as áreas restritas e de acesso controlado na academia.
25. Realizar patrulhas periódicas nas áreas da academia.



SEGURANÇA DAS ÁREAS E INSTALAÇÕES

26. Garantir que as portas e janelas das instalações sejam mantidas trancadas e em bom estado.
28. Implementar um sistema de controle de acesso para visitantes militares e civis.
29. Garantir que o pessoal da segurança esteja devidamente treinado e equipado.
30. Estabelecer procedimentos de segurança para lidar com emergências.
31. Garantir que as rotas de evacuação estejam claramente identificadas e livres de obstruções.
32. Manter os arredores da academia limpos e desobstruídos.
33. Utilizar sinalização adequada para alertar os visitantes e o pessoal da academia sobre possíveis riscos.
34. Implementar sistemas de alarme em caso de incêndios ou outras emergências.
35. Fornecer treinamentos periódicos de segurança aos ativos da academia.
36. Desenvolver uma placa de aviso sobre as ações que devem ser realizadas pelo indivíduo que esteja no portão para adentrar o quartel, como baixar o vidro e ligar a luz interna.
37. Substituir o portão de abertura manual por automático para diminuir o risco para a sentinela em qualquer aproximação.
38. Isolar a torre para que seja acessada apenas por pessoal autorizado em instruções.



SEGURANÇA DAS ÁREAS E INSTALAÇÕES

39. Isolar a caixa d'água e poço de treinamento para que sejam acessada apenas por pessoal autorizado em instruções.
40. Substituir o interruptor da sirene por outro que possibilite o acionamento direto.
41. Realizar manutenção periódica das instalações de câmeras existentes.
42. Estabelecer comunicação clara entre todos os envolvidos no serviço a fim de ter conhecimento de todos os visitantes que estão adentrando o quartel no respectivo dia.
43. Instalar cancela elétrica para diminuir o risco para a sentinela em qualquer aproximação.
44. Demarcar de forma clara todos os estacionamentos, estabelecendo qual está reservado para o público interno e qual está reservado para visitantes.
45. Substituir portão pequeno do muro lateral por parede, já que o portão em questão é inutilizado.
46. Identificar alojamentos adequadamente.
47. Cadastrar pessoal de serviço terceirizado informando nome, cpf, endereço e quantidade de pessoas da manutenção.
48. O militar designado que esteja de serviço deve acompanhar a equipe de manutenção durante sua presença no quartel
49. Instalar o interruptor de sirene em local acessível para a sentinela.



ACADEMIA DE BOMBEIROS MILITAR "JOSUÉ MONTELLO"

PLACAS INFORMATIVAS



Área monitorada por câmeras

placa utilizada para indicar que o local está sendo devidamente monitorado.



Alojamento Masculino

Indica o local onde está o alojamento masculino



Alojamento feminino

Indica o local onde está o alojamento feminino



Aviso - Manter Silêncio

Essa placa determina o horário de silêncio do quartel, que já está descrito nas normas internas.



Ação ou compromisso

Essa placa poderá ser usada em quaisquer locais em que a entrada só é permitida para quem trabalha no quartel.



ACADEMIA DE BOMBEIROS MILITAR "JOSUÉ MONTELLO"

SEGURANÇA DOS MATERIAIS



Manter o portão fechado

Essa placa deverá ser colocada no portão traseiro do quartel, já que é o local com menor monitoramento durante a noite.



Área interditada

É o local que oferece riscos grandes aos indivíduos, como o acesso a caixa d'água, por estar bastante deteriorada.



Atenção - Risco de Queda

Essa placa deverá ser colocada na Torre, pois caso a pessoa não tenha cuidado, pode sofrer uma queda e se acidentar.



Visitante, identifique-se na guarita

O visitante ao chegar no quartel, deve parar e se identificar. Essa placa ajudará a lembrá-lo disso.



ÁREA MILITAR

Placa de alerta para pessoas que queiram adentrar o quartel sem autorização.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Defesa. Comando do Exército. Comando de Operações Terrestres. EB70-MC-10.220 **Manual de Campanha Contrainteligência**. Brasília, 2019a.

BRASIL. Presidência da República. Gabinete de Segurança Institucional. Agência Brasileira de Inteligência. ABIN. **Doutrina Nacional da Atividade de Inteligência: fundamentos doutrinários**. Brasília, 2016.

BRASIL. Presidência da República. Ministério da Justiça. Secretaria Nacional de Segurança Pública. **Doutrina Nacional de Inteligência de Segurança Pública – DNISP**. – 4. ed. rev. e atual. – Brasília: Secretaria Nacional de Segurança Pública, 2014a.

BRASIL. Procuradoria Geral da República. **Unidade de Segurança Institucional**. Segurança institucional: política e plano. Brasília: Ministério Público Federal, 2014b.

BRASIL. Secretaria Nacional de Segurança Pública. **Curso de Introdução à Atividade de Inteligência**. Brasília, DF: SENASP, 2019c.

RIO GRANDE DO SUL. RESOLUÇÃO Nº 08 de 24 de setembro de 2010. **Plano de Segurança Institucional do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre, 2010.